

ATA Nº 3/2023

Aos dezasseis dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e três, no Auditório Municipal da Batalha, sito na Rua Infante D. Fernando, na Vila da Batalha, reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal da Batalha, tendo estado presentes os Excelentíssimos Senhores Deputados Municipais:-----

- Joaquim José Pereira Ruivo-----
- Armando Pedro Pinheiro Rosa -----
- Hugo Frederico Pedro Vicente -----
- Célia Maria Lopes dos Santos Murta Cadima -----
- Germano Santos Pragosa -----
- Elsa Maria Martins Libânio -----
- Octávio Carvalho Vilaça -----
- Catarina Alexandra da Cruz Bagagem -----
- Telmo Alexandre Henriques Ferreira -----
- Fernando Miguel Rodrigues Marques -----
- Lina Isabel dos Santos Oliveira -----
- Francisco Manuel dos Santos Coutinho -----
- Válder Mendes Cardoso -----
- Elodie Carreira Zeferino-----
- Arlindo Oliveira Silva Marques -----
- Ricardo António Matias Vala -----
- Fernando José Lopes de Oliveira (Presidente da Junta de Freguesia da Batalha);-----
- António Fernando Martins de Sousa Lucas (Presidente da Junta de Freguesia de Reguengo do Fetal);-----
- Marco Alexandre Ribeiro Vieira (Presidente da Junta de Freguesia de São Mamede);-----
- José Carlos dos Reis Ferraz (Presidente da Junta de Freguesia da Golpilheira).-----

**

- O senhor deputado municipal Alfredo Monteiro de Matos solicitou a sua substituição nesta assembleia, tendo sido substituído pelo senhor Frederico Manuel dos Santos Alfaro;-----
- O senhor deputado municipal José Moreira Filipe solicitou a sua substituição nesta assembleia, tendo sido substituído pela senhora Cristiana Sofia Faustino Moreira;-----
- O senhor deputado municipal Nuno Miguel da Silva Santos solicitou a sua substituição nesta assembleia, tendo sido substituído pela senhora Raquel Maria Cunha Ferreira;-----
- O senhor deputado municipal Carlos Alberto Monteiro dos Santos solicitou a sua substituição nesta assembleia, tendo sido substituído pelo senhor Eduardo Alexandre Meneses Prior de Almeida.-----

**





MUNICÍPIO DA BATALHA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA
(C.M.B. - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Página 2 de 53

Estiveram ausentes desta sessão da Assembleia Municipal os Senhores Deputados Municipais abaixo designados, por motivos devidamente justificados:-----

- Eduardo Manuel Cardoso Marques Veiga -----

**

Ao abrigo do disposto no artigo 48.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, na sua redação atual, estiveram ainda presentes nesta sessão os seguintes membros da Câmara Municipal:-----

- Raul Miguel de Castro, Presidente da Câmara Municipal; -----

- Carlos Agostinho da Costa Monteiro, Vice-Presidente da Câmara Municipal;-----

- Mónica Aguiar I ouro Cardoso, Vereadora (a tempo inteiro);-----

- André Costa Loureiro, Vereador;-----

- Ana Rita André Costa e Silva Calmeiro, Vereadora; -----

- Nuno Augusto Silva Almeida, Vereador.-----

**

A Mesa desta sessão da Assembleia Municipal foi composta por:-----

- **Presidente:** Joaquim José Pereira Ruivo;-----

- **1º Secretário:** Elsa Maria Martins Libânio; -----

- **2º Secretário:** Germano Santos Pragosa.-----

**

Esteve presente na sessão a colaboradora da Câmara Municipal da Batalha, Maria Lúcia Mendes de Oliveira Moraes, Técnica Superior, designada para lavrar a ata.-----

**

ABERTURA OFICIAL DA SESSÃO-----

Pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal foi a sessão declarada aberta eram vinte horas e trinta minutos.-----

**

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

APROVAÇÃO DE ATA:-----

Para votação da Assembleia, foi presente a ata n.º 02/2023 da sessão de 27 de abril de 2023, cuja leitura foi dispensada atendendo a que previamente foi enviada uma cópia a todos os membros desta Assembleia, tendo a **Assembleia Municipal, por unanimidade, aprovado a sua redação final.** -- De referir que, em cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, na sua redação atual, não participam na aprovação da ata os membros que não tenham estado presentes na reunião a que ela respeita.-----

Seguidamente, o senhor Presidente da Assembleia Municipal solicitou, a pedido do senhor Presidente da Câmara que em primeiro lugar fossem debatidos os assuntos da ordem do dia, seguindo-se o período de intervenção do público e por fim o período antes da ordem do dia, uma vez

que estará ausente no início da Assembleia, para permitir a sua presença num ato de manifestação pública relativo à instalação de pedreiras, na freguesia do Reguengo do Fetal. Posto à votação dos senhores deputados esta alteração, foi a mesma aprovada por unanimidade, passando-se assim, em primeira instância à discussão dos assuntos da ordem do dia. -----

**

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA** -----

Passou-se, de seguida, à análise dos pontos abaixo designados, constantes da Ordem de Trabalho:----

Ponto 1: Apreciar a informação escrita do Presidente da Câmara acerca da atividade desta e da situação financeira do Município, nos termos e para os efeitos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual; -----

Ponto 2: Tomar conhecimento sobre a data de cessação do contato de concessão dos Serviços de abastecimento público de água do Concelho da Batalha, ao abrigo do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33 da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual; -----

Ponto 3 – Tomar conhecimento sobre as regras a observar na organização e funcionamento das atividades de Animação de Apoio à Família (AAAF) e Componente de Apoio à Família (CAF) da rede concelhia da Batalha, as quais foram elaboradas tendo por base o disposto nas alíneas k), u) e hh) do n.º 1 do artigo 33º do Regime Jurídico da Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, em articulação com o estatuído nos artigos 39º, 40º e 41º do Decreto-Lei nº 21/2019 de 30 de janeiro (ambos os diplomas na sua atual redação); -----

Ponto 4 – Tomar conhecimento da Deliberação nº 2023/0237/GAP, tomada pela Câmara Municipal em 22 de maio de 2023, a qual revogou a deliberação nº 2017/0067/GAP, de 30 de janeiro de 2017, que procedeu à criação do Gabinete de Apoio ao Licenciamento (GAL); -----

Ponto 5 - Apreciar e deliberar sobre a Revisão nº 2 /2023 do mapa de Pessoal nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, em conjugação com o disposto na alínea o) do n.º 1 do artigo 25º do citado diploma na sua redação atual; -----

Ponto 6 – Apreciar e deliberar sobre a proposta de Revisão Orçamental n.º 2/2023, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º em conjugação com o estatuído nas alíneas c) e ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, ambos do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual; -----

Ponto 7 - Apreciar e deliberar sobre a renovação da proposta de constituição da empresa municipal ÁGUAS da BATALHA, E.M., S.A.; retificando e aprovando os seguintes documentos [Minuta de escrita de constituição, minuta do contrato de sociedade (estatutos), minuta do contrato de gestão delegada, relatório do Revisor Oficial de Contas e estudo de viabilidade económica e financeira (EVEF)], nos termos do disposto na alínea n) do n.º 1 do artigo 25.º e alínea ccc), n.º 1 do artigo 33.º, ambos do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro,

em conjugação com o n.º 1 do artigo 22.º da Lei 50/2012, de 31 de agosto (ambos na sua atual redação);

Ponto 8 – Apreciar e deliberar sobre a realização de uma adenda aos Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências, celebrados entre o Município e as Freguesias de Batalha, Golpilheira, Reguengo do Fetal e São Mamede, nos termos do n.º 1 da cláusula 10.ª, em articulação com o disposto na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação;

Ponto 9 - Apreciar e deliberar sobre a aprovação dos Autos de Transferência de recursos a celebrar entre o Município e as Freguesias da Batalha, Golpilheira, Reguengo do Fetal e São Mamede, para o ano de 2024, nos termos e para os efeitos previstos no Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, em articulação com o disposto na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação.

Ponto 10 – Apreciar e deliberar sobre as propostas de atribuição de Medalhas de Mérito Municipal a diversas personalidades, nos termos do artigo 3.º do Regulamento de Atribuição de medalhas de Mérito Municipal publicado no Diário da República 2ª série n.º 78 de 22 de abril de 2013 e n.º 171 de 5 de setembro de 2013.

Ponto 1

Apreciar a informação escrita do Presidente da Câmara acerca da atividade desta e da situação financeira do Município, nos termos e para os efeitos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual

A pedido do senhor **Presidente da Assembleia** usou da palavra o senhor **Vice-Presidente da Câmara** que prestou algumas informações relativamente a este ponto.

Referiu que em virtude de ter sido disponibilizada atempadamente esta informação iria ser muito sucinto. Disse: *“Relativamente à situação financeira, mantemos a afetação dos limites legais de endividamento, na ordem dos 17, 9 milhões de euros, as dívidas de operações orçamentais transitaram no período até abril, em 3,1 milhões de euros, sendo os empréstimos representativos de 1,84 milhões de euros. Existe, de facto, margem de endividamento da Câmara de 14,8 milhões de euros. Os prazos médios de pagamento situam-se neste momento, em cerca de 40 dias e mantemos fundos disponíveis positivos, assim como o equilíbrio orçamental entre a Receita corrente e a Despesa corrente, portanto, de modo global, a situação encontra-se equilibrada. Sendo que, a Tesouraria, neste momento, consegue satisfazer as necessidades de curto prazo e dentro de um orçamento equilibrado. Muito embora, a despesa corrente, a evolução dos preços de mercado estão, de facto a criar um impacto significativo nessa despesa corrente, portanto, em traços gerais, dizemos que, sob o ponto de vista de cumprimento, todos os pressupostos estão a ser respeitados.”*

Interveio a senhora deputada **Elodie Zeferino** para deixar duas notas relativamente ao ponto da Assembleia passada relativamente às contas de 2022, dizendo: *“Não sei se o Senhor Vice-Presidente*



MUNICÍPIO DA BATALHA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA
(C.M.B. - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL)

[Handwritten signature and initials]

Página 5 de 53

se recorda daquele tema dos Resultados transitados? Era a diferença dos 200.000€ que não tínhamos efetivamente na altura percebido o porque dessa via. Há efetivamente alguma justificação? Tenho outro ponto não diretamente relacionado com as contas de agora, mas é relacionado com o Ponto, com Contas e com a Informação Financeira, porque o senhor Vice-Presidente ficou de nos dar uma resposta. O segundo ponto tem a ver efetivamente com o documento da Informação Financeira, agora, à data, é uma questão simples, há uma operação relacionada com o PT2020 Fundos Comunitários, há uma operação relacionada com a promoção da Mobilidade Urbana Multimodal na Vila da Batalha e temos vindo a aperceber-nos que, em termos de FEDER reembolsada, seja de incentivo a reembolsar, até à data é de 0 euros. Eu creio que este projeto tem que ver com a Ciclovia entre a rotunda próxima dos Bombeiros e que vai até à rotunda de entrada das Brancas e a parte, provavelmente de instalação da nova paragem de autocarros. Só queríamos saber se há algum motivo para este reembolso não ter acontecido, se há alguma previsão de desistência ou de constrangimento nesta candidatura. São estas as duas questões, notas.” -----

Após agradecer a intervenção da senhora deputada, o senhor **Presidente da Assembleia**, concedeu a palavra ao senhor **Vice-Presidente** para que interviesse se querendo, relativamente a este ponto. ----
Posto isto, o senhor Vice-Presidente, **Carlos Monteiro**, no uso da palavra, informou que efetivamente, teve a oportunidade de conferir essa variação, informando que “*são variações de capitais que, posso lhe posso remeter para esclarecer, mas está correto: não houve, de facto, nenhum equívoco, nenhum lapso, nenhum engano. A situação está correta: são variações de fundos, nas variações patrimoniais. Relativamente à Ciclovia, efetivamente já fizemos pedidos de pagamento, ainda não existiram valores de reembolso, ou seja, ainda não há pagamento efetivo dos pedidos de pagamento já submetidos, a obra está em execução; falta apenas a situação do Interface Multimodal e, curto prazo, já lançámos a concurso e, portanto, a situação está em execução. Ela não expressa os pedidos já submetidos.*” -----

A Assembleia Municipal **tomou conhecimento** da informação escrita prestada pelo Senhor Presidente da Câmara e remetida ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, com vista à apreciação por este órgão da atividade municipal desenvolvida pelo Executivo à **data de junho de 2023, bem como da situação financeira do Município reportada com base nos valores indicativos relativos ao período compreendido entre 01 de janeiro a 30 de abril de 2023**, cuja leitura foi dispensada, atendendo a que previamente foi enviada uma cópia a todos os membros desta Assembleia. ----

----- ** -----

----- **Ponto 2** -----

Tomar conhecimento sobre a data de cessação do contrato de concessão dos Serviços de abastecimento público de água do Concelho da Batalha, ao abrigo do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33 da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual -----
MGD nº 703, de 04/05/2023 -----



MUNICÍPIO DA BATALHA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA
(C.M.B. - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Página 6 de 53

A pedido do senhor Presidente da Assembleia usou da palavra o senhor **Vice-Presidente** prestando algumas informações relativamente a este ponto. -----

Assim, no uso da palavra o senhor **Vice-Presidente** referiu que este assunto, como se identifica com o ponto 7 iria ser melhor clarificado ao longo do desenrolar do processo, remetendo assim, para uma explicação depois mais exaustiva nesse ponto. *"De qualquer modo – informou - decorre o pedido de Visto em Tribunal de Contas. Esse pedido de Visto do Tribunal Contas, determinou uma necessidade de se incorporar os esclarecimentos. A resposta às questões que nos foram suscitadas vão ser votadas no Ponto 7. Isso determinou, comprar uma dilação do prazo de 3 meses, ou seja, a determinação para transferência do serviço da concessionária Águas do Lena, para a Empresa Municipal por via da reversão do contrato, teria que ser executada a partir de junho deste ano. Contudo, no processo, dos esclarecimentos solicitados pelo Tribunal Contas, entendeu-se clarificar alguns aspetos que serão tratados no Ponto 7 e, por isso mesmo, há aqui uma prorrogação de 3 meses."* -----

A Assembleia Municipal **tomou conhecimento** da data de 30 de outubro de 2023, como a data de cessação do contrato de concessão dos Serviços de abastecimento público de água do Concelho da Batalha, de acordo com o proposto pelo executivo municipal, atento à sua deliberação nº 2023/0206/G.A.V., tomada na sua reunião de 08 de maio de 2023. -----

----- ** -----

A Assembleia Municipal, usando da faculdade que lhe confere o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o disposto no n.º 4 do artigo 75.º do Regimento da Assembleia Municipal, em vigor, deliberou ainda aprovar esta deliberação em minuta, para que possa ter execução imediata.-----

----- ** -----

----- **Ponto 3** -----

Tomar conhecimento sobre as regras a observar na organização e funcionamento das atividades de Animação de Apoio à Família (AAAF) e Componente de Apoio à Família (CAF) da rede concelhia da Batalha, as quais foram elaboradas tendo por base o disposto nas alíneas k), u) e hh) do nº 1 do artigo 33º do Regime Jurídico da Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, em articulação com o estatuído nos artigos 39º, 40º e 41º do Decreto-Lei nº 21/2019 de 30 de janeiro (ambos os diplomas na sua atual redação)-----

MGD n.º 18 de 17/05/2023 -----

A pedido do senhor Presidente da Assembleia usou da palavra o senhor Vice-Presidente da Câmara prestando algumas informações relativamente a este ponto. -----

Neste sentido usou da palavra o senhor Vice-Presidente **Carlos Monteiro** para esclarecer que este ponto tem a ver com o seguinte: *"No âmbito da aplicação das novas competências no domínio da Educação, extensivamente para todo o território nacional, muita da matéria que já estava a ser executada no projeto-piloto, descentralização de competências na área da Educação, tivemos que reavaliar alguns mecanismos de interligação com o Agrupamento de Escolas e melhorar um pouco o Regulamento Interno que tem vindo a ser executado nos últimos anos, designadamente aquele*



MUNICÍPIO DA BATALHA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA
(C.M.B. - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Página 7 de 53

aplicável às atividades de animação e de apoio à família que é o (AAAF), e componente de apoio à família CAF) da rede concelhia da Batalha. Como se sabe, em todo o ASE, ou seja, as medidas aplicáveis para a Ação Social Escolar nas Escolas que é o ASE. Essas medidas têm por base uma determinação de valores, a partir das certidões emitidas pela Segurança Social. A Segurança Social comprova se efetivamente, as crianças estão em situação de carência económica, aplicam o escalão A, B e C e em função disso é que aplicam as medidas da ação social escolar que protegem as famílias e as crianças que têm mais dificuldades económicas. Neste contexto, nós tínhamos em vigor de há uns anos a esta parte, um regulamento em que tínhamos uma forma diferente de aplicar, de facto, o valor sobre rendimentos per capita dos agregados familiares. Entendeu-se, de forma unânime, que seria mais vantajoso aplicar os mesmos escalões e de alguma forma, centralizar este processo todo no ato de inscrição nas escolas. Anteriormente não tínhamos a facilidade em recorrer a este instrumento, porque não estávamos num processo de projeto-piloto, de centralização e, neste momento, conseguimos aceder a plataforma do Ministério da Educação para efetivamente, no ato da matrícula dos alunos, podermos articular logo a tipologia de respostas que eles querem, se querem prolongamento de horários, se querem a escola a tempo inteiro, se querem o ATL, se querem refeições e, portanto, nesse ato, vamos centralizar o processo naquele momento, através da matrícula das escolas e vamos harmonizar os escalões, tendo por base o mesmo cálculo que a Segurança Social determina, através das certidões que envia para o Agrupamento através dessa plataforma. Tivemos uma preocupação transversal: foi no sentido de não aumentar os escalões, os valores que são pagos pelas famílias. Para terem uma ideia, neste serviço a Câmara assumiu um custo social suportado na ordem dos 30%,". Esclareceu que, neste âmbito, as duas respostas custam à Câmara, anualmente, cerca de 418.000 tendo entendido o executivo que deveria de alguma forma aplicar escalões que favorecessem as famílias mais carenciadas e, ao mesmo tempo, desonerar o serviço e acomodar como custo do próprio Município, na ordem dos 30%. Informou ainda ser espetável uma receita na ordem dos 290 ou 280.000 euros, sendo que o custo destas atividades será na ordem dos ser 418.000€. Esclareceu que na reapreciação das regras foram determinados em cinco escalões, sendo que o primeiro escalão é isento para as crianças cujos pais têm salários muito reduzidos. A desagregação de escalões que usa a mesma metodologia aplicada pela mesma portaria de base aplicada pela segurança social. -----

*Usou da palavra o senhor deputado **Ricardo Vala**, parabenizando o Executivo pela iniciativa destas medidas, mas lamentando a implementação tardia das mesmas dizendo, dizendo "foi pena terem demorado tanto tempo para perceber as dificuldades que as famílias estão a passar. A Iniciativa Liberal já tinha alertado ao Executivo nesta Assembleia no dia 28/9/2022 que fossem mantidos esses tipos de apoios, alguns desses apoios já vinham do anterior Executivo devido ao COVID, mas este Executivo achou por bem retirar esses apoios. Essa tomada de posição já prejudicou as famílias na época de Natal e da Páscoa, espero que, o Executivo tenha aprendido a ouvir as pessoas e a estar mais atento ao que se passa em seu redor." -----*

A Assembleia Municipal **tomou conhecimento** das regras a observar na organização e funcionamento das atividades de Animação de Apoio à Família (AAAF) e Componente de Apoio à Família (CAF) da rede concelhia da Batalha, as quais foram elaboradas tendo por base o disposto nas alíneas k), u) e hh) do nº 1 do artigo 33º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, em articulação com o estatuído nos artigos 39º, 40º e 41º do Decreto-Lei nº 21/2019 de 30 de janeiro (ambos os diplomas na sua atual redação) de acordo com o proposto pelo executivo municipal, atento à sua deliberação nº 2023/0231/G.A.V., tomada na sua reunião de 22 de maio de 2023. -

Ponto 4

Tomar conhecimento da Deliberação nº 2023/0237/GAP, tomada pela Câmara Municipal em 22 de maio de 2023, a qual revogou a deliberação nº 2017/0067/GAP, de 30 de janeiro de 2017, que procedeu à criação do Gabinete de Apoio ao Licenciamento (GAL).

A pedido do senhor Presidente da Assembleia usou da palavra o senhor Vice-Presidente da Câmara prestando algumas informações relativamente a este ponto.

Referiu que, *"isto é apenas uma acomodação. Quando foi aprovada a constituição do Gabinete de Apoio ao Licenciamento, não é uma unidade operativa que faz parte da Orgânica da Autarquia, e quando fizemos as sucessivas reestruturações na Orgânica da Câmara Municipal, como não é uma unidade operativa, ela automaticamente caiu por terra, ou seja, ela é acomodada dentro de uma reorganização dos Serviços de Licenciamento e não faria sentido manter-se em vigor. Não está em causa o mérito da medida, está em causa, sim, a acomodação na alteração orgânica da Câmara Municipal que já foi aprovada nesta Assembleia."*

A Assembleia Municipal **tomou conhecimento** da Deliberação nº 2023/0237/GAP, tomada pela Câmara Municipal em 22 de maio de 2023, a qual revogou a deliberação nº 2017/0067/GAP, de 30 de janeiro de 2017, que procedeu à criação do Gabinete de Apoio ao Licenciamento (GAL).

A Assembleia Municipal, usando da faculdade que lhe confere o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o disposto no n.º 4 do artigo 75.º do Regimento da Assembleia Municipal, em vigor, deliberou ainda aprovar esta deliberação em minuta, para que possa ter execução imediata.

Ponto 5

Apreciar e deliberar sobre a Revisão nº 2 /2023 do mapa de Pessoal nos termos do disposto na alínea ccc) do nº 1 do artigo 33º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, em conjugação com o disposto na alínea o) do nº 1 do artigo 25º do citado diploma na sua redação atual
MGD n.º 853, de 24/05/2023

A pedido do senhor Presidente da Assembleia usou da palavra o senhor Vice-Presidente da Câmara prestando algumas informações relativamente a este ponto.-----

O senhor Vice-Presidente iniciou a sua intervenção referindo que se trata efetivamente de uma Revisão do Mapa de Pessoal, *"neste caso, a segunda revisão de 2023. Tem em vista algumas adaptações face às necessidades. Como sabem, hoje em dia, os Serviços são voláteis, há entradas, há saídas, há aposentações. Há, de facto, muita mobilidade na Administração Pública e Local, há efetivamente necessidades acrescidas e, portanto, isto é a acomodação de cinco postos de trabalho que visam criar uma nova bolsa de recrutamento, caso haja um incremento na área da Educação, neste caso para Assistentes Operacionais, concretização de mobilidades internas relativamente a três postos para a carreira de Assistentes Técnicos e um posto para Assistente Operacional, para repor situações futuras que vão ocorrer por aposentações. É tão-somente isto. Não tem um impacto significativo sobre o ponto de vista orçamental e é, de facto, a acomodação e a resolução dos problemas que, de uma forma dinâmica, vão acontecendo dentro da Câmara Municipal."*-----

Usou da palavra o senhor deputado **Vítor Correia**, lembrando que a posição dos deputados do PSD, *"é de que os mapas de pessoal, são temas que devem estar na esfera da gestão do Executivo. Já foram orçamentados estes aumentos do custo com o pessoal. A Assembleia também aprovou o orçamento para 2023 e, como tal o Executivo deve tomar a responsabilidade pelas pessoas que contrata de forma a que os serviços municipais possam seguir o seu funcionamento da forma mais correta. No entanto, há aqui algo subjacente que não é só e não se trata só de aprovar mapas de pessoal. Há algum bocadinho maior e eu tenho que dizer que estes Mapas de Pessoal são aberrantes, porque nós já demos este alerta em dezembro de 2022, quando se aprovou o orçamento da Câmara para este ano. Eu não vejo no mapa do concelho de contratações, por exemplo, a telefonista ou o telefonista e assistentes operacionais para o Centro de Saúde. Referiu ainda que na sua opinião não há necessidade de contratar fora mais pessoas do que as que os serviços têm disponíveis, dizendo que "estamos a engordar a Câmara Municipal nas áreas que não são necessárias e não nas áreas onde são efetivamente necessárias mais pessoas." Disse ainda: "Nós já tínhamos dado este alerta em dezembro de 2022, quando falámos do orçamento para 2023. A Câmara vai aumentar o pessoal em 50 pessoas, ou seja, é mais 1,2 milhões de euros de despesa. Nós, enquanto cidadãos, andamos a apertar o cinto por causa da inflação. A Câmara, em contraste, aumenta a despesa e consegue ir buscar mais receitas para compensar este aumento de despesas. A maneira, obviamente, de ir buscar mais receitas é através de impostos, taxas e taxinhas que vão subir em mais de 10% neste orçamento, ou seja, mais 1,08 milhões de euros em impostos, taxas e taxinhas. Agora, este movimento de carregar a despesa da Câmara em algumas áreas tão supérfluas, vai ficar para sempre. Todos os anos, nós, com os nossos impostos, com as taxas e taxinhas que pagamos à Câmara, vamos ter que suportar este engordar que vai ser definitivo da Câmara por muitos e muitos anos. Por isso, eu deixo aqui um apelo ao Executivo que é escolher muito bem se queremos contratar um determinado tipo pessoas ou se realmente precisamos de contratar e temos de contratar é mais pessoas para a Educação e para a Saúde."*-----

Em resposta ao senhor deputado, o senhor **Vice-Presidente**, considerou que de facto, não está a ver quais são as “taxas e taxinhas” que estão na origem deste processo. “Não é verdade. Nós não criámos nenhuma taxa, nem taxinha, porque as taxas e taxinhas criam-se nesta Assembleia. Que eu saiba até hoje, não houve nenhuma taxa nova criada para medir o impacto desta medida. Segundo: eu devo lembrar que nós, neste momento, temos novas Competências Delegadas, inclusive focalizou uma: a Saúde. Disse: “Acolhemos a Competência da Educação, acolhemos a da Ação Social. Isto necessariamente implica crescimento da despesa pelo lado de Recursos Humanos, mas também implica efetivamente receita e a receita, neste momento, está alicerçada para colmatar as necessidades, infelizmente e insuficientemente pelo lado do Orçamento de Estado que efetivamente ainda não corresponde ao valor total do custo efetivo dessas funções, quer da Saúde, quer da Educação e da Ação Social. Na Ação Social, neste momento, houve um reajustamento do orçamento que vamos ver na Revisão do Orçamento. Mas queria-vos dizer que estamos a acautelar no sentido de que a despesa esteja perfeitamente controlada. Nós temos de ter um Mapa de Pessoal que permita de forma dinâmica colmatar necessidades. No espaço de 4 meses, sensivelmente, tivemos aqui 5 saídas, inclusive algumas por aposentação e, portanto, nós temos de nos preparar para essas Competências Delegadas e, como devem perceber, praticamente a proposta que é feita para carreiras de Assistentes Operacionais é para repor situações nos Armazéns, para repor situações na Manutenção e Exploração, na Divisão do Desporto, fundamentalmente. E lá chegaremos, à Saúde. Queria-vos dizer também, que na Saúde nós, efetivamente - é a expressão de uma vontade de todo, queremos dotar o Centro de Saúde de equipamento tecnológico para apoiar na gestão e na triagem dos utentes. Já o fizemos, o todo o sistema está adjudicado, está na fase de parametrização em coordenação com a Dra. Iracema, Coordenadora da Unidade Local de Saúde e, portanto, estas situações serão acauteladas atempadamente para que possamos ter melhores respostas na área Social, na Saúde e na Educação.”

Retomou a palavra o senhor deputado **Vítor Correia**, afirmando que “é claro que a despesa se equilibra, a única maneira de equilibrar despesa é ter mais receita e essa receita só vem de uma fonte. Não há dinheiros públicos, não há dinheiro caído do céu, é o nosso dinheiro e assim sai do nosso bolso em forma de impostos, taxas e taxinhas para a Câmara. E a Câmara aumentou o volume de receitas em 10%, ou seja, em 1,8 milhões de euros, ou seja, mais dinheiro dos contribuintes para a Câmara, para poder contrabalançar esta despesa, para poder conseguir que a Câmara possa engordar desta forma para os próximos anos e de forma definitiva. Sai-nos a todos do bolso. Não há volta a dar!”

O senhor **Vice-Presidente** contrapôs dizendo que é uma posição a qual não pode refutar, porque não se revê nela. Disse: “não é verdade, mais uma vez, porque disse 1,8 milhões de euros sensivelmente 1,8 milhões de euros, tem a ver com aquilo que o Estado fazia, o que estava no Orçamento do Estado e ao transferir para nós essa Competência tem que imputar do nosso lado. É claro e evidente que é imposto coletivo de todos. Claro que é! Efetivamente não desminto, são impostos estatais, mas é um direito que assiste ao Município, tendo uma nova Competência, tem que ter receita para manter essa

Competência. Se queremos fazer Saúde de Proximidade Local, temos que ter dinheiro da receita do Orçamento de Estado para fazer aquilo que o Estado não quer fazer, é isto.”-----

Findo o período de discussão, foi o ponto posto à votação da Assembleia Municipal, tendo sido deliberado, por maioria, com 14 (catorze) votos a favor e 10 (dez) abstenções, aprovar a proposta de Revisão do Mapa de Pessoal n.º 02/2023, nos termos do disposto na alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º e alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, de acordo com os considerandos enunciados na deliberação n.º 2023/0253/G.A.V.-----
Abstiveram-se os senhores deputados municipais, Hugo Vicente, Eduardo Prior, Vítor Correia, Frederico Alfaro, Elodie Zeferino, Marco Vieira, Raquel Ferreira e Fernando Marques do PPD/PSD, o senhor deputado Ricardo Vala, da Iniciativa Liberal e o senhor deputado Francisco Coutinho do CDS/PP. -----

A Assembleia Municipal, usando da faculdade que lhe confere o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o disposto no n.º 4 do artigo 75.º do Regimento da Assembleia Municipal, em vigor, deliberou ainda aprovar esta deliberação em minuta, para que possa ter execução imediata.-----

**

-----Ponto 6-----

Apreciar e deliberar sobre a proposta de Revisão Orçamental n.º 2/2023, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º em conjugação com o estatuído nas alíneas c) e ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, ambos do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual. -----

MGD n.º 893, de 31/05/2023-----

A pedido do senhor Presidente da Assembleia usou da palavra o senhor Vice-Presidente da Câmara prestando algumas informações relativamente a este ponto.-----

O senhor Vice-Presidente, Carlos Monteiro iniciou a sua intervenção informando os presentes de que esta Revisão Orçamental acomoda o reforço das verbas que foram aprovadas por despacho em Diário da República de 18 de abril, relativas à descentralização da Competência da Ação Social. Informou: “O valor era muito baixinho e o Estado, a nível Nacional, fez a revisão dos valores para esses processos de descentralização e está neste momento a integrar 156.000 euros para nós tratarmos da Ação Social no Concelho, inclusive os Auxílios Económicos.” Disse ainda que o valor também acomoda outra situação obrigatória: a Comunidade Intermunicipal é que está a conduzir o processo de concessão de serviço público de Transportes e a Comunidade Intermunicipal para obter o apoio estatal, necessitando que cada Câmara Municipal determine uma rubrica orçamental da despesa, desagregada por ano económico, para incorporar essa despesa e transferir a quota-parte do valor a transferir pela Câmara Municipal para a Comunidade Intermunicipal. “Este processo chegou-nos esta semana passada e pedimos, de facto, para incorporar também essa vertente como despesa do Orçamento. Fundamentalmente é isto, não tem significado expressivo noutras rubricas, é para aumentar a dotação global do orçamento por via dessa transferência de competências e resolver o

problema também do projeto que está a ser conduzido pela Comunidade Intermunicipal do contrato de concessão de Serviço Público de Transportes.” -----

Usou da palavra o senhor deputado **Ricardo Vala**, começando por referir o orçamento atribuído pelo Executivo à conservação de edifícios (57.766€) e o atribuído aos campos desportivos (72.610€), solicitando a informação sobre os edifícios ou infraestruturas contempladas nestas verbas. Disse ainda: “E outra questão é o seguinte: é importante para todos nós Batalhenses que soubéssemos os valores que efetivamente são transferidos do Estado central para o Município, por cada transferência de competências, visto que o seu único dado disponível no Portal Mais Transparência são de 2021. Estamos em 2023. Onde se encontra essa informação? Quando estará essa informação disponível. Nós também gostaríamos de saber como se chegou aos valores de despesa que foram atribuídos a cada competência nesta rubrica.” -----

Posto isto, o senhor **Vice-Presidente**, referiu que “como esta revisão tem um caráter de plurianualidade e como nós tivemos de reforçar algumas rubricas da despesa, a Conservação de Edifícios Municipais é uma rubrica global de intervenção permanente em edifícios, que estava insuficientemente dotada e, portanto, como é plurianual e ela não estava com o valor que determinaria essa plurianualidade, consideramos esse projeto de intervenções em edifícios públicos, tais como pavilhões, reparações contínuas em qualquer equipamento multiusos, até piscinas e, portanto, são essas reparações contínuas, os campos desportivos, nos sistemas de iluminação. Foi lançado já concurso público, para a reposição integral do campo sintético, do relvado sintético do campo de futebol e no âmbito das medidas de Eficiência Energética. Está neste momento para ir para a rua também a substituição das luminárias por tecnologia led, com sensores e com, efetivamente, tecnologia que permita gerar maior economia para as torres dos campos de futebol e a parte que está focalizada para a zona envolvente. Informou ser um projeto que o executivo tem a intenção que venha a ser assegurada a sua cobertura financeira no âmbito do Portugal 2030, designadamente na Iniciativa Territorial de Investimento que, também centralizada pelos Municípios nas Comunidades Intermunicipais. Informou ainda: “Depois, temos a questão da cobertura da sala do Capítulo do Mosteiro, um projeto que já estava considerado no orçamento e que nós tivemos necessidade de reprogramar, porque também já está o concurso na rua. O processo está em andamento, é dos primeiros projetos a executar no âmbito do processo de contratualização para beneficiação do Mosteiro de Santa Maria da Vitória e está, de facto, em bom ritmo, neste momento. E, portanto, é esse o desdobramento.” -----

Após esclarecimentos prestados pelo senhor Vice-Presidente relativamente à proposta de revisão orçamental n.º 2/2023, previamente aprovada em reunião de executivo municipal de 5 de junho de 2023, sob a deliberação n.º 2023/0255/G.A.V., foi o ponto posto a discussão da Assembleia Municipal, ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º em conjugação com o estatuído nas alíneas c) e ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, ambos do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual. -----

Findo o período de discussão, foi o ponto posto a votação da Assembleia Municipal, tendo sido deliberado, por maioria, com 23 (vinte e três) votos a favor e 1 (uma) abstenção aprovar a Revisão Orçamental n.º 02/2023, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º em conjugação com o estatuído nas alíneas c) e ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, ambos do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual.-----
Absteve-se o senhor deputado municipal Francisco Coutinho do CDS/PP.-----

A Assembleia Municipal, usando da faculdade que lhe confere o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o disposto no n.º 4 do artigo 75.º do Regimento da Assembleia Municipal, em vigor, deliberou ainda aprovar esta deliberação em minuta, para que possa ter execução imediata.-----

**

Ponto 7

Apreciar e deliberar sobre a renovação da proposta de constituição da empresa municipal ÁGUAS da BATALHA, E.M., S.A.; retificando e aprovando os seguintes documentos [Minuta de escrita de constituição, minuta do contrato de sociedade (estatutos), minuta do contrato de gestão delegada, relatório do Revisor Oficial de Contas e estudo de viabilidade económica e financeira (EVEF)], nos termos do disposto na alínea n) do n.º 1 do artigo 25.º e alínea ccc), n.º 1 do artigo 33.º, ambos do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, em conjugação com o n.º 1 do artigo 22º da Lei 50/2012, de 31 de agosto (ambos na sua atual redação). MGD n.º 898, de 31/05/2023-----

A pedido do senhor Presidente da Assembleia usou da palavra o senhor Vice-Presidente da Câmara prestando algumas informações relativamente a este ponto.-----

O senhor Vice-Presidente, **Carlos Monteiro**, iniciou a sua intervenção começando por referir que se este um tema sempre difícil. *“De facto, é tão difícil que leva a uma grande divisão. Traduz-se, de facto, no tempo em que esta assembleia se tem vindo a debruçar sobre ele. E esse processo é de tal forma longo, quanto complexo. O dossier já vem há cerca de 5, 6 anos atrás. Este processo é transversal, não só ao executivo anterior, do qual também fiz parte, mas também a este executivo e, de facto, a partir de certa altura, divergimos em termos de opiniões, relativamente ao modelo. O modelo que foi submetido à entidade reguladora ERSAR, foi um modelo da Empresa Municipal totalmente participada pelo Município da Batalha e esse modelo foi também submetido ao Tribunal de Contas. Este repristinar do processo tem a ver tão somente com isto: verificámos, para corresponder a um ou dois esclarecimentos do Tribunal de Contas, que seria útil concentrar todo o dossier e, de alguma forma clara, integrar todos os elementos que já fizeram parte, inclusive de apreciação pelos Órgãos, quer executivo quer deliberativo. Então o que é que mudou? Primeiro, quero responder, não mudou no modelo, não mudou nos pressupostos, não mudou na intenção do Executivo, relativamente ao funcionamento ao contrato de gestão delegada; mas tão-somente a uma necessidade de acolher uma vertente de incorporação em espécie, das infraestruturas que vão ser transferidas pela atual Concessionária Águas do Lena para o Município e, por sua vez, para a*



MUNICÍPIO DA BATALHA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA
(C.M.B. - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Página 14 de 53

Empresa Municipal, cujos valores foram comunicados pela Concessionária no decurso do processo. Já temos o valor determinado, conseguimos efetivamente pedir para que, de uma forma rápida, fosse certificado por Revisor Oficial e também acolher um documento sobre o qual o Tribunal Contas se quer pronunciar, que é a escritura de Constituição. (...) Eu recordo que este processo já remonta a final do ano 2021 e teve apreciações para a Constituição logo no primeiro trimestre de 2022. Isto tem sido um processo evolutivo de confrontação com a Entidade Reguladora, com o Tribunal de Contas e, de facto, estes pressupostos que alteram, é a tal incorporação do capital, é a comunicação da Escritura de Constituição, mantendo-se depois os pressupostos devidamente atualizados, no que diz respeito ao impacto da remuneração do capital, o investidor acionista que é a 100%, o Município da Batalha e, portanto, cumpro todas as regras que me foram impostas pela ERSAR. É atualização da taxa de inflação, é o impacto que gera na TIR e de alguma forma, já passámos por isso, já acomodámos as orientações e recomendações da ERSAR, nos extratos, documento que vos foi remetido e, portanto, o parecer da ERSAR na altura foi positivo, com recomendações, com alterações e efetivamente é este processo. Na consulta e no acompanhamento de apoio jurídico que tivemos, recomendou-nos que todo o dossier integral voltasse novamente à Assembleia. Traçaram-se outras hipóteses, outros caminhos. Se efetivamente era só aquela vertente, entendeu a vertente jurídica que era aconselhável efetivamente dar conhecimento para que não houvesse aqui da vossa parte, qualquer desconhecimento integral dos documentos que foram efetivamente, que vão ser remetidos para o Tribunal de Contas. Nesse contexto, como sabem, esta dilação de três meses está devidamente expressa na passagem do EVEF três meses para a frente também, no número de meses para a frente. A equipa que nos acompanhou interna e externa fizeram tudo para que isto de facto, fosse atempadamente resolvido e esta versão, aprovada pela Assembleia Municipal, irá ser remetido ao Tribunal Contas. O Tribunal Contas ainda dispõe de um prazo para nos conceder o visto e logo a seguir, teríamos as condições então para começar a trabalhar na Empresa Municipal com a estrutura de recursos humanos que colabora também e que tem o "know how" suficiente para manter aquela empresa dentro dos padrões de qualidade exigidos."

Iniciou a intervenção neste Ponto o senhor deputado **Vítor Correia** para tecer algumas considerações. *"Eu de alguma forma, em parte tenho que me apoiar aqui um bocadinho naquilo que foi a Declaração de Voto dos meus colegas vereadores do PSD e passo a expor alguns pontos, daquilo que achamos sobre este ponto. Em 1º lugar, este processo é uma trapalhada, porque eu lembro-me de estar há precisamente um ano atrás nesta Assembleia e por muito que o senhor Carlos Agostinho não goste que se mexa um bocadinho no passado e se estabelece algum paralelismo com outras Empresas Municipais, nomeadamente a Tejo Meio Ambiente onde você foi Diretor Financeiro, que foi uma trapalhada também, há um ano atrás, estava precisamente preocupado em que a trapalhada que aconteceu, no Tejo Ambiente não acontecesse na Batalha, mas a verdade é que nós, já passou um ano e quatro meses, desde que o seu Modelo foi aprovado nesta Assembleia e, infelizmente, a minha preocupação mantém-se, porque, neste momento, a trapalhada está instalada. Já gastou muito, muito dinheiro com consultores e estudos e mais estudos, pagos com o nosso dinheiro. Um*

ano e 4 meses depois, não há Empresa Municipal. Já é a terceira vez que se pede às Águas do Lena para continuarem o Serviço e, mais uma vez se pede nesta Assembleia para adiar para outubro deste ano. Estas prorrogações sucessivas vão ser mais caras para todos, não seguem as regras de gestão pública e de contratação pública, adia-se uma vez mais, ficamos mais uma vez no limbo com as Águas do Lena ainda operar. Há uma tentativa sucessiva de envolver os vereadores do PSD e desta Assembleia e os deputados da Assembleia nesta trapalhada, mas esta trapalhada é apenas deste Executivo, como vocês sabem, o PSD defende o modelo bastante diferente, que era uma concessão, um concurso para uma concessão privada ou, em último caso, uma internalização dos serviços na Câmara, mas nunca uma Empresa Municipal e esta trapalhada, apenas é vossa e liderada pelo senhor Vice-Presidente Carlos Agostinho. Primeiro, porque é o que a proposta e o modelo de Empresa Pública que o senhor tanto defende com afincos há muito tempo. Segundo, foi aprovada por esta maioria absoluta de vereadores que os senhores têm no Executivo e pela maioria de deputados, a maioria absoluta de deputados que vocês têm na Assembleia. O Senhor Vice-Presidente Carlos Agostinho tem mais do que experiência passada a gerir Empresas Municipais, devia ter acautelado todas estas situações, devia ter sido capaz de construir Empresa Municipal. Até agora, o seu modelo está a ser altamente questionado pelo Tribunal de Contas e pelo regulador ERSAR. O senhor já devia ter previsto isto, tem competência, tem experiência, tem um passado grande, em empresas municipais deste género e já devia estar tudo mais do que acautelado e mais do que transposto. Nós não podemos vir sucessivamente aqui às Assembleias pedir mais prorrogações, para as Águas do Lena continuar a operar, enquanto não se resolve a trapalhada. Ponto número 5, para além da trapalhada toda, não dizem aos munícipes que a Empresa Municipal vai ter apenas investimento da Câmara. Vamos ter que pagar todos um bocadinho mais por este investimento, por despesa, infraestrutura adicional, contratar pessoal qualificado, sistemas de gestão, etc., etc. Numa coisa só vai resultar, que é pior serviço ao cliente e um aumento do custo da água. Não, nos enganemos que esse vai ser o mesmo resultado. Ponto número 6, a outra coisa que não dizem aos munícipes é que, vamos ter um pior serviço ao cliente. Inevitavelmente, a Empresa Municipal vai ser muito mais burocrática e sem flexibilidade. Ponto número 7, quando tiverem de tomar decisões técnicas e acertadas para salvaguardar o interesse público, eu acho que não vão fazer, normalmente uma Empresa Municipal como esta, vai ser altamente instrumentalizada e seguramente politizada. Neste momento, à data pede-se mais uma prorrogação, o Executivo diz que a culpa é do Tribunal de Contas, diz que a culpa é dos procedimentos, dos processos etc., mas a verdade é que à data de hoje, nós não sabemos quem é que vai estar no Conselho de Administração, nem no Conselho Consultivo da Empresa Municipal ainda e nós temos as nossas suspeitas, que vão ser cada vez mais políticos da nossa esfera ou da vossa esfera muito próxima. Ponto nº 8, a criação da Empresa Municipal apenas veio abrir espaço para interferências políticas e favorecimentos indevidos, comprometendo a imparcialidade e a transparência, na gestão dos recursos hídricos deste concelho. Ponto número 9, o processo arrasta-se há um ano e 4 meses, como já falei, pedem-nos para deliberar imensas vezes sobre a mesma matéria, mas todos os estudos, por exemplo, aquilo que é o estudo de viabilidade económica e financeira vão



MUNICÍPIO DA BATALHA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA
(C.M.B. - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Página 16 de 53

ficando desatualizados. Como é que nós podemos deliberar sobre algo em que os pressupostos financeiros já nem são os mesmos? A inflação, as taxas de juros bancárias, tudo o que era há um ano e 4 meses atrás ou há 2 anos atrás, já está tudo completamente diferente, então pedem-nos para deliberar sobre informação antiga e, por isso, o Senhor Vice-Presidente não se pode arrastar para dentro desta trapalhada e uma vez mais, que é uma trapalhada só vossa e com o apoio de uma maioria absoluta que existe nesta Assembleia. Para concluir, nós, enquanto P S D, acreditamos que o município da Batalha, devia explorar outras alternativas que garantam a gestão eficiente dos recursos hídricos, sem comprometer a eficácia, a transparência e equilíbrio financeiro. Defendemos que qualquer decisão agora tomada sobre esta matéria deve ser suportada em estudos indicadores fiáveis e atualizados, caso contrário, a nossa convicção que a mesma será irregular e suscetível de ser anulada e a de haver responsabilidade financeira dos eleitos, por violação do disposto número 1 e número 2 do artigo 32º da Lei nº 50/2012, 31 de agosto. E este foi também aquilo que eu concluí, também foi um bocadinho um excerto daquilo que foi a declaração de voto do dos vereadores do PSD já apresentada a esta Assembleia.”

Usou da palavra a senhora deputada **Célia Cadima** referindo que “Eu li atentamente a declaração de voto dos senhores vereadores do PSD, relativamente ao processo de municipalização de serviço de abastecimento de água ao concelho e devo confessar, que fiquei perplexa, pois, como já foi referido nesta Assembleia, a problemática referente ao abastecimento de água ao Concelho, foi herdada do anterior Executivo. Este é que não soube ou não quis encontrar para ela uma solução, adiando a sine die ao limitar-se a deixar atuar as prorrogações mensais automáticas quanto ao concessionário. Porém, espantosamente, os vereadores do PSD parecem ter esquecido, quando acusam o atual Executivo Municipal de agir neste processo de forma ligeira e atabalhoada, não cuidando suficientemente o interesse público. Fiquei depois perplexa, com a falta de decoro e de memória revelada pelos vereadores do PSD, pelo que, tão rapidamente esqueceram a inação do passado e nos querem convencer da incompetência do atual Executivo. Porém, este Executivo Municipal já fez mais no seu mandato e já foi mais longe na tentativa de solucionar o problema, do que em muitos anos do Executivo anterior. É certo que Tribunal de Contas solicitou alguns esclarecimentos sobre o processo e que a Entidade Reguladora fez algumas recomendações, aliás, prontamente acatadas pelo Município, mas isso é habitual em processos complexos e este é efetivamente muito complexo como este e em que o interesse público está envolvido, fiquei ainda perplexa, pois não conheço, nunca vi por parte do PSD qualquer tentativa credível e fundamentada para a resolução deste problema. Finalmente, fico chocada com a referida declaração, pois me pareceu denotar alguma agressividade e, sobretudo, motivações pessoais, aliás, motivações que já no passado nesta mesma Assembleia me pareceu ver, nomeadamente aquando da intervenção de um senhor de deputado do PSD, em que a despropósito apresentou uma notícia de um jornal. É lamentável, efetivamente que Instituições Democráticas sirvam de palco a este tipo de confronto, ao ataque a adversários que são encarados como inimigos e que visa tão-somente, denegrir, desmoralizar e desacreditar o outro”.

Usou da palavra o senhor **Presidente da Junta de Freguesia da Batalha** dizendo que não se irá alongar muito sobre o problema das águas, “porque é um problema que se arrasta há muito ano. É um problema que se arrasta há tempo a mais e o problema que se arrastou durante muito tempo pelo anterior Executivo e vou explicar porquê em 3 ou 4 palavras. Dizer que o senhor deputado Vítor Correia que está uma trapalhada feita por esta Câmara ou pela Câmara, pelo que quero dizer o seguinte: neste momento, esta trapalhada fique a saber, vem de há cerca de 4, 5 anos e que foi iniciada pelo anterior executivo. Há pessoas nesta sala que sabem disso, há pessoas nesta sala que fizeram parte de comissões que foram efetuadas e foram feitas pelo executivo para tentar resolver este problema. Este problema única e simplesmente foi empurrado para baixo da mesa. Eu vou dizer porquê a todos os deputados, aliás, a todos os presentes: em determinada altura, a meados 2020 foi criada uma comissão da Assembleia Municipal em que fizeram parte elementos da Assembleia - vou citar um que está presente, o Senhor Dr. Coutinho - e essa comissão reuniu uma vez durante o período vigente no mandato anterior para tentar resolver este problema. Nessa reunião foram faladas várias coisas. Aliás, nessa reunião, composta pelo Dr. Coutinho que também assistiu e por outros elementos que faziam parte da Assembleia, que não estão aqui presentes neste momento, assim como o antigo senhor Presidente da Câmara, como o elemento ERSAR, um elemento das Águas do Lena também que estava representado e começou-se a pensar em resolver o problema. O primeiro seria lançar um novo concurso que nunca foi efetuado, que nunca fizeram, não sei porquê. Internalizar as águas, foi falado nessa reunião, também nunca mais se falou no assunto. O que é que se fez nessa reunião? Resolveu-se na altura prorrogar o prazo da concessão à empresa das Águas do Lena e deveria ser convocada uma reunião posteriormente pelo senhor Presidente da Câmara, na altura que, até hoje, nunca mais, foi chamada a opinar sobre o assunto. Portanto, quem fez a trapalhada, ou melhor, esta trapalhada não é de agora. Esta desta trapalhada já vem de há 4, 5, 6, 7 anos, portanto, essa trapalhada poderá vir daí, mas a maior trapalhada, foi a partir do momento em que ultrapassaram todos os prazos e nunca mais se resolveu o problema. Portanto, agora para se resolver a trapalhada, resolve-se o problema de uma vez e, até que enfim, que se consegue resolver. Disse ainda que “nós todos que somos eleitos pelo povo, devemos defender os seus interesses e a determinada altura não foram defendidos os interesses da população que nos elegeu, antes pelo contrário, estão a pagar aquilo que não foi feito a seu devido tempo. Portanto, não acusem diretamente só o Dr. Carlos Agostinho, não se acusa diretamente este executivo; acusem, por favor também todos os executivos que passaram por este Município que também são do PSD e vocês também têm culpa, vocês não estavam cá, mas os elementos que estavam cá. Portanto, isto é uma trapalhada que já vem de há muito tempo e esta trabalhada os senhores do PSD, neste momento, penso que deveriam ter outra postura e deviam tentar resolver os problemas em prol da comunidade, em prol do povo, que é para isso que estamos cá, que foi para isso que fomos eleitos.”

Tomou a palavra o senhor deputado **Francisco Coutinho**, para referir que efetivamente “este processo das águas, como queiram chamar, parece quase o problema que se passa com a TAP. Mal comparado, mas, na verdade, é esta e é bom termos todos os presentes, não vale a pena estar a

inventar nada, tudo já está inventado e tudo já existe. Nós temos aqui ao lado Serviços Municipalizados de Leiria funcionam; Serviços Municipalizados de Alcobaça, funciona o serviço, o daqui das Caldas da Rainha funcionam. Houve aqui alguém, não vamos citar nomes, que criaram as Águas do Lena, não sei porquê, porque não há dúvida que elas foram criadas e, a partir daí, todo o processo tem-se vindo a complicar. Vem se a complicar, porque realmente se cria mais esta, direi este serviço que vai criar, enfim, um rol de gente, um batalhão de gente, quando penso que realmente seria muito fácil quando se acabou com a ISERBATALHA, que é outra empresa que também deixou muitas dúvidas a quem por lá passou, mas a ideia seria única e exclusivamente, penso eu e era este o espírito, que nos levou a votar contra e vamos continuar a votar contra, porque não se compreende porque é que e as Águas da Batalha passem a ser uns serviços municipalizados do concelho da Batalha, é apenas uma integração do que existe. Não me venham dizer que os engenheiros e que os técnicos que etc. ganham mais do que aqueles que ganham na Batalha na Câmara. O problema é o mesmo: o técnico hoje vai, hoje vem, o técnico que faz serviços, vai e vem, portanto, é uma questão de criar esta situação. Mas as coisas já evoluíram, evoluiu para aquilo que efetivamente se criou ou se está a tentar criar e, como tal, alguém vai ter que suportar esses encargos. Nós no CDS apenas gostaríamos de saber quanto é que já se gastou em estudos desde aquela data em que as coisas se fizeram até hoje.”

Interveio o senhor **Vice-Presidente** mencionando estar perplexo pelo facto de estarem a personalizar a situação. Disse: “Vou fazer uma cronologia dos factos. Permita-me só apresentar aqui este contrato de concessão (...) das Águas do Lena que, felizmente, mantém a água todos os dias na torneira de cada habitante, com qualidade: iniciou-se em 24/1/97, tinha o seu termo em 23/1/2020. O anterior executivo fez uma tentativa que o contrato, face aos níveis de qualidade que estavam atingidos, no entanto, estava esgotada a possibilidade dentro desse contrato, de se executarem investimentos, porque eles estavam acomodados nos pedidos da revisão tarifária da concessionária. O anterior executivo até 2019 fez algumas tentativas junto da ERSAR para tentar a prorrogação da concessão até ao termo dos 30 anos, face a uma prorrogação que já tinha ocorrido no executivo onde eu não estive. A ERSAR recusou na altura continuar essa prorrogação e uma vez que não havia hipótese de continuar a prorrogação, em dezembro de 2019, o executivo anterior submeteu a pedido de parecer da ERSAR no sentido de preparar o concurso público que sim: iniciei o estudo e foi completado por uma pessoa que também está nesta assembleia para submeter a concurso público internacional o modelo de concessão. E sim! Dada a complexidade do processo, o Senhor Presidente anterior viu-se forçado fora do contexto juristas que já tinha, a recrutar uma equipa externa em Lisboa, uma reputada equipa externa para efetivamente acompanhar o processo jurídico, inclusive acompanhar junto da ERSAR e submeter ao visto do Tribunal de Contas. A ERSAR pronunciou-se desta forma sobre esse concurso limitado, pronunciou-se sobre a necessidade de no prazo de 6 meses. Eu já não estava na câmara, eu saí em novembro de 2019. E pronunciou-se e disse não. Vamos dar o tempo suficiente para vocês, então, uma vez que querem lançar um concurso público internacional para uma concessão, vocês conseguem os 6 meses para tratarem do processo. Nesse período, de

facto, eu não estava, houve uma submissão das peças do procedimento junto da ERSAR em 31-12-2019, houve um pedido de esclarecimentos em 15-01-2020 e a emissão de um parecer desfavorável pela ERSAR em 16-4-2020. Eu tinha saído anteriormente, não é desculpa, mas efetivamente a dificuldade e a complexidade do processo levaram a ERSAR a emitir parecer desfavorável e pedir alterações substanciais no modelo que ia ser submetido a concurso público internacional. Desde essa data, em 31-03-2022, desde essa data até à tomada de posse do novo executivo, decorreram 2 anos sem resposta à ERSAR e sem terem capacidade de envio para o Tribunal de Contas. Chegámos, retomámos o dossier, sabendo que é um dossier dos mais complexos do Município e tecnicamente difícil. Aliás, tal foi reconhecido, no Ato deliberativo, que eu votei também favoravelmente, que o senhor Presidente anterior evocava a complexidade do dossier e a necessidade de que entidade reguladora desse tempo à Câmara para conseguir levar isto a bom porto e, de facto, nesse contexto, o que fizemos foi reavaliar as condições do contrato. Avaliámos que ERSAR tinha dito sobre o modelo de concessão. Nesse período, estavam a cair quase todas as concessões no país, inclusive maioritariamente, o PSD estava a provocar reversões de contrato de concessão. Eu tinha tido uma experiência na “Médio Tejo”, em que o tarifário já representava mais de 35% em relação àquilo que era a gestão direta ou a gestão por parte entidade intermunicipal. Isto era uma concessão privada. Quero-vos dizer que é muito mau tom evocarem, é uma empresa que, neste momento, já está a dar cartas, está com 35 milhões de euros de execução de investimentos que eu tive o prazer de formalizar candidaturas e que, neste momento, está com resultados positivos; ao fim do terceiro ano está viabilizado. Queria dizer isso, com muito gosto, com muito prazer e, de facto, não sou um gestor incompetente, estou há 39 anos nesta casa, geria com competência e sempre com orçamentos equilibrados. --

Informou ainda: “Sob o ponto de vista de aprovação da gestão, nós enviámos logo o modelo para a Assembleia Municipal em 31-03-2022. (...). Em 30 de junho, foi obtido parecer favorável da Entidade Reguladora. Em 27-09-2022 houve uma decisão da Assembleia Municipal, porque tínhamos de acolher as recomendações da ERSAR em 13-12-2022. Fomos confrontados com outra realidade no período desses 2 anos. Sabendo que tinha de ser submetida concurso público internacional a concessão, não foi feita a notificação do termo do contrato nos termos daquilo que a lei obrigava, no seu artigo 58º, e se determinou, meus caros senhores, que houvesse uma renovação automática e consecutiva e que as Águas do Lena, quando confrontados perante o facto, fomos nós que notificámos as Águas do Lena para promover a reversão a 31-12-2022, para que, em janeiro deste ano, pudéssemos ter a concessão. A empresa liminarmente recusou, porque não teve essa notificação naquele prazo e disse efetivamente que, de modo a garantir uma cautelosa transição do serviço público para o concelho da Batalha e assegurar adequada transferência de todas as infraestruturas, não podia conceber o resgate da concessão em 7 meses, tinha que fazer cumprir o período de transição, não podia ser nunca inferior a 12 meses e que isso resultava de um imperativo legal, artigo 58º do regime de serviços municipais de abastecimento público de água. Neste contexto, tivemos que fazer todos os procedimentos e dar um ano de preparação para preparar o resgate da concessão.



MUNICÍPIO DA BATALHA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA
(C.M.B. - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Página 20 de 53

Neste critério, a reversão para dentro do município à empresa municipal. O ponto de discórdia entre nós é se devia ser internalização, ou concessão. Eu digo-lhes o seguinte: o linear é difícil, eu já vos disse isto, eu próprio tive dificuldades em conseguir traçar o caminho. (...) Só vos vou dizer porque é que a empresa municipal foi a nossa escolha final: é que no âmbito do processo de internalização da concessão aos trabalhadores, que são o maior bem da empresa atual, aquela estrutura de 13 trabalhadores que estão a trabalhar, que têm "know how". Eu pergunto: para manter os níveis de qualidade, queremos esses trabalhadores ou não? Vocês querem sujeitar a novos trabalhadores públicos, com um SMAS dentro da Câmara sem o "know how" daqueles trabalhadores? Como é que vocês aplicam a solução de transferência de estabelecimento prevista no código lei no código do contrato? E direto para o serviço Municipalizado? Queremos correr esse risco? Reparem: existem duas vias: há câmaras municipais que no país foram pela via da transferência direta do Código do Código de Trabalho e outras que foram pela lei 52/2012. E nós tivemos na altura a notificação da CCDR no sentido de acautelar a 52/2012. (...) Ora, se nós trouxermos para dentro da Câmara Municipal da Batalha, os trabalhadores não vão fazer 40 horas, vão fazer 35. Como não podem ter serviço de piquete para assegurar o regime de prevenção, obriga a aplicar turnos. Eu desafio-vos a vocês lerem as últimas notícias que têm vindo nos jornais sobre a dificuldade do SMAS de uma Câmara Municipal grande aqui ao lado, para recrutar 56 trabalhadores, porque ninguém quer vir para assistente operacional a ganhar o salário mínimo que na tabela da Função Pública. Na empresa municipal nós podemos adequar um regime de contratação, tal e qual, como no código das Sociedades comerciais e podemos repor facilmente esses postos de trabalho dentro da câmara, obriga a concursos públicos. Foi apenas este critério que cria dissonância entre aquilo que vocês pensam de um modelo, porque nós acreditamos num modelo de um processo de internalização, se não é feito pela via direta num SMAS e consumada numa empresa que é totalmente controlada pelo município e não tem um efeito acrescido custos, porque tem que obedecer na mesma à contratação pública ao CCP, porque tem o mesmo nível de redução dos impostos, porque tem necessidade de fazer investimentos que há muitos anos não se fazem estruturalmente e vocês vão ver o que é que vai acontecer com empresas intermunicipais que, neste momento, estão a negociar pacotes, subvenções para os fundos comunitários, a uma escala nunca vista. Há dificuldades, não há nenhum modelo perfeito. Eu próprio tive dificuldade em decidir. Uma coisa, é certa: se este processo não passasse no filtro do Tribunal, Contas, nós teríamos logo a internalização direta. Todos os nossos atos (...) foram diligenciadas atempadamente, confrontada a Entidades Reguladora e o Tribunal de Contas."

Neste momento interveio o senhor **Presidente da Assembleia** dando conta da chegada do senhor **Presidente da Câmara**, pelo que iria tomar o seu lugar na mesa do Executivo.

Retomou a palavra o senhor deputado **Vítor Correia** que em resposta ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Batalha, Fernando Oliveira, disse: "*senhor Presidente da Junta, tem muita razão. Este processo começou, a trapalhada começou há 5 anos, aí estamos completamente de acordo, mas acho que vocês nem são bons para vocês próprios, porque há 5 anos atrás, quando, se iniciou este processo, o responsável pela área das águas e quem tinha o pelouro era o Senhor Vice-Presidente*

Carlos Agostinho, que hoje em dia é do executivo. (...) À senhora deputada Célia Cadima, eu só deixo uma sugestão que é, e para não me exaltar, nem me sentir ofendido em nome dos meus colegas, a dizer que o PSD não faz nada e que o PSD não apresenta alternativas, nós temos três vereadores presentes nas reuniões de Câmara com uma assiduidade brilhante, com um trabalho brilhante. Eu recomendo-a antes de vir à Assembleia, de ler as atas das reuniões de Câmara, onde os nossos vereadores apresentam soluções alternativas, estudos, números, para defender as suas propostas e as suas alternativas e o a mesmo nós enquanto deputados aqui do PSD, fazemos o mesmo nesta Assembleia, somos aqueles que são os mais participativos e que mais estudam os assuntos antes.”----

Neste momento foi alertado pelo sr. **Presidente da Assembleia**, para que se cingisse ao tema, ao que o senhor deputado **Vítor Correia** respondeu, que tinha que defender a sua honra. Prosseguindo, o senhor deputado dirigiu-se ao Senhor Vice-Presidente Carlos Agostinho, afirmando: “*nós continuamos a reiterar que realmente a responsabilidade desta trapalhada, continua do lado do Executivo. Você preparou e teve imenso trabalho a preparar um Power point para explicar todo o histórico desta situação das Águas, mas há uma parte, ou seja, se teve o trabalho e coragem para fazer isso, mas eu não vi no seu discurso a responsabilizar-se em 1º lugar, por esta trapalhada e ao não se responsabilizar e ao mesmo tempo, cada vez que se dá ao escrutínio público dizer que se sente afetado e disse-o ainda hoje, e deixando aquela frase enigmática no final que eu não consegui compreender, a minha pergunta para si é, se tem condições para continuar no seu cargo? e, ao mesmo tempo, peço para esclarecer aquilo que você deixou um bocadinho pendente na última frase da sua intervenção.*”-----

Seguiu-se a intervenção do senhor Presidente Junta da Golpilheira, **José Carlos Ferraz**, para referir que de facto, é curiosa a reação do PSD e dos seus deputados “*eu desde o início, sinto e é também o que as pessoas sentem lá fora, é que estão mais empenhados em denegrir a imagem do Movimento. Vou terminar muito rápido, o que mais me incomoda aqui é os senhores que estiveram na Câmara praticamente até hoje, não percebo como é que não entendem o funcionamento de uma Assembleia, desrespeitam as pessoas, desrespeitam o Presidente da Assembleia, desrespeitam o Presidente, muitas vezes.*”-----

A isto o senhor **Presidente da Assembleia** chamou a atenção ao senhor Presidente de Junta José Carlos, para se focar no tema.-----

Continuando, o senhor **José Carlos Ferraz** acedeu a que iria se focar no ponto e disse, “*já que nunca fizeram nada em relação a este tema, não apresentaram soluções atempadamente, empurraram com a barriga para a frente, se não fizeram nada, não atrapalhem, é simplesmente isso. Cá estaremos todos para assumir as consequências. É uma decisão do Movimento e é isso que acho que deve ser feito, independentemente de que vocês tenham as vossas opiniões (...). Agora, é uma decisão nossa, nós aprovámos, eu assumo, também acho que é a melhor decisão, para quem nunca fez nada, eu acho. E depois o que o que senhor deputado Correia vem aqui fazer, de facto, é um ataque direto contra o Vice-Presidente! Não sei o que é que tem contra ele, é uma pessoa que serviu, uma pessoa que serviu o Município e não tenho mais nada a dizer, é só isto! se não apresentam*

alternativa nenhuma viável, não atrapalhem, deixem seguir o processo, que ele há de chegar a bom termo.” -----

Nesta sequência, o senhor **Presidente Assembleia** sentindo-se ofendido, interveio para referir o seguinte: *“Quando se apresenta sucessivamente o termo trapalhada, senhor Deputado, eu, como Presidente, sou atingido. Senhor deputado, estou a ser pedagógico, não estou a criar qualquer tipo de contexto, de algum modo de polémica convosco, mas vamos ser pedagógicos. A trapalhada passa por uma maioria do executivo que aprova. Onde está o senhor Presidente e a maioria do Executivo. A trapalhada passa por uma Assembleia com maioria que aprova. E tudo então trapalhão! A trapalhada passa, senhor deputado, por um modelo de gestão de águas que a maioria em toda a Europa, a maioria em toda a Europa, não privatiza considerando o recurso da água como um bem essencial que não deve ser privatizado. Senhor deputado, veja este relatório. Sai todos os anos, estou a ser pedagógico. A maioria da Europa não privatiza, porque é um recurso essencial às sociedades e aos cidadãos. Portanto, se calhar, todos esses países também são uns trapalhões! Mas, de qualquer modo, senhor deputado, independentemente do que é o benefício de uma discussão política mais acesa, que eu por inteiro aprovo, é assim que se faz a democracia numa sociedade democrática. Só não gosto é que, no contexto geral das participações, haja aquilo que eu sinto que é um desrespeito, senhor deputado e, portanto, eu aí chamo a atenção. Agora quanto à discussão em si dos modelos, isto é muito saudável e deve ser muito bem gerido por todas as tendências políticas aqui dentro. Portanto, quanto a isso, estamos seguros. Agora “trapalhada” e “trapalhão”, sinto-me atingido porque votei a favor, a maioria votou a favor e por aí adiante. Disse ainda: Como me sinto atingido na “trapalhada”, por isso também tenho direito como Presidente da Assembleia, referir que isto não é bem assim, uma “trapalhada”, uma “trapalhada” que é sancionada por um processo democrático de vários órgãos eleitos democraticamente. E a “trapalhada” não é do senhor Deputado, não é do senhor Vice-Presidente. A “trapalhada” que o senhor chama, é de toda uma maioria que foi eleita.”---*

E convidou o senhor Vice-Presidente, para querendo, acrescentar o que achasse por conveniente. - O senhor Vice-Presidente usou novamente da palavra, dizendo “eu acho que não vou acrescentar muito mais, porque já disse tudo. Já esgotei muito esforço na condução deste dossier, já temos caminhos em que as pessoas tiveram posições muito diferenciadas, inclusive no anterior executivo. Uma coisa é certa: quer um caminho, quer o outro, é o da internalização. E isso já é bom. Não vamos ficar expostos à pressão de reequilíbrios de contrato por via de acréscimos desmesurados do tarifário e vamos poder retomar o nosso caminho de investimento. Se a empresa que passou por aqui nos ofereceu qualidade, é verdade, e por isso é que não é trapalhada nenhuma. Tentámos manter até ao final aquilo que a lei permitia em menos de 30 anos. Foi por isso que andámos 2 anos e tal, anteriormente a de 2019, a lutar juntamente para conduzir o processo e há pessoas nesta sala que sabem em consciência, o que é que eu pensava na altura, quando estava a conduzir o processo, para preparar a concessão e a que conclusões é que eu cheguei em consciência e não o podem desmentir, porque se entende que são pessoas com verticalidade também em termos de postura de vida e, portanto, são pessoas que eu considero e não vou estar a denegrir a imagem dos outros para me

livrar. Eu não tinha o pelouro da do abastecimento de água, eu tinha o pelouro financeiro, foi incumbido de ajudar a acompanhar este processo". -----

Após os devidos esclarecimentos prestados pelo senhor Vice-Presidente da Câmara, relativamente à necessidade de proceder à renovação da proposta de constituição da empresa municipal ÁGUAS da BATALHA, E.M., S.A., efetuada em 30 de junho de 2022, através da qual foram aprovados os seguintes documentos [Minuta de escrita de constituição, minuta do contrato de sociedade (estatutos), minuta do contrato de gestão delegada, relatório do Revisor Oficial de Contas e estudo de viabilidade económica e financeira (EVEF)], nos termos do disposto na alínea n) do n.º 1 do artigo 25.º e alínea ccc), n.º 1 do artigo 33.º, ambos do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, em conjugação com o n.º 1 do artigo 22º da Lei 50/2012, de 31 de agosto (ambos na sua atual redação), tendo por base os fundamentos enunciados na deliberação n.º 2023/0256/G.A.V. aprovada em reunião de executivo municipal de 5 de junho de 2023, foi o ponto posto a discussão da Assembleia Municipal, nos termos da legislação referida. -----
Findo o período de discussão, foi o ponto posto a votação da Assembleia Municipal, **tendo sido deliberado, por maioria, com 14 (catorze) votos a favor e 10 (dez) votos contra, renovar a aprovação da proposta de constituição da empresa municipal ÁGUAS da BATALHA, E.M., S.A., aprovando os seguintes documentos:** -----

- a)-- A Minuta de escrita de constituição da ÁGUAS DA BATALHA, E.M., S.A.; -----
- b)-- A minuta do respetivo contrato de sociedade (Estatutos); -----
- c)-- A minuta do Contrato de Gestão Delegada para a prestação dos serviços públicos de abastecimento de água para consumo humano, a celebrar entre o Município da Batalha e a ÁGUAS DA BATALHA, E.M., S.A.; -----
- d)-- O Relatório do Revisor Oficial de Contas relativo à verificação de entradas em espécie no capital social da empresa, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 28º do Código das Sociedades Comerciais; -----
- e)-- O Estudo de Viabilidade Económica e Financeira (EVEF)], para o período de 15 anos, contemplando os recursos humanos, investimentos e meios operacionais e financeiros a afetar à exploração, bem como o estudo "Comparador Público" que demonstra a viabilidade e sustentabilidade económica e financeira, assim como a racionalidade da operação, a par da demonstração do número de clientes atual e futura determinando o nível de procura e a prática tarifária a aplicar, em cumprimento do disposto nos nºs 1 e 2 do artigo 32º da lei nº 50/2012, de 31 de agosto. -----

Votaram contra os senhores deputados municipais, Hugo Vicente, Eduardo Prior, Vítor Correia, Frederico Alfaro, Elodie Zeferino, Marco Vieira, Raquel Ferreira e Fernando Marques do PPD/PSD, o senhor deputado Ricardo Vala, da Iniciativa Liberal e o senhor deputado Francisco Coutinho do CDS/PP. -----

O deputado municipal da Iniciativa Liberal apresentou uma declaração de voto que fica anexa à presente ata, e que aqui se dá por integralmente reproduzida. -----

A Assembleia Municipal, usando da faculdade que lhe confere o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o disposto no n.º 4 do artigo 75.º do Regimento da Assembleia Municipal, em vigor, deliberou ainda aprovar esta deliberação em minuta, para que possa ter execução imediata.

**

-----**Ponto 8**-----

Apreciar e deliberar sobre a realização de uma adenda aos Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências, celebrados entre o Município e as Freguesias de Batalha, Golpilheira, Reguengo do Fetal e São Mamede, nos termos do n.º 1 da cláusula 10.ª, em articulação com o disposto na alínea k) do n.º 1 do artigo 25º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação-----

MGD n.º 868, de 26/05/2023-----

A pedido do senhor Presidente da Assembleia usou da palavra o senhor Presidente da Câmara informando que este ponto tem a ver com a adenda dos Contratos Interadministrativos do Protocolo que se faz anualmente, atribuindo um *“bolo do orçamento na ordem dos 300.000 euros e que de uma forma acordada com as Freguesias é afeto às obras na Rede Viária que cada um dos Presidentes de Junta escolhe para com essa verba, poder ser feito a reabilitação. Isto é um modelo de escolha, como disse, é das Juntas de Freguesia, mas depois a parte técnica e a parte de gestão da contratação é feita pela Câmara. É um programa que tem vindo a desenrolar-se e vamos continuar a fazer, pena é, não termos mais dinheiro para este projeto, mas é aquilo que está já expresso na proposta de deliberação também, e que é do conhecimento dos membros desta Assembleia.”*-----

Após informação prestada pelo senhor presidente da Câmara relativamente aos pressupostos e fundamentos legais aduzidos na proposta aprovada em reunião de executivo municipal de 05 de junho de 2023, sob a deliberação n.º 2023/0254/G.A.V., referente à celebração de adendas aos contratos interadministrativos de Delegação de Competências, entre o Município e as Freguesias de Batalha, Golpilheira, Reguengo do Fetal e São Mamede, aprovadas na predita reunião de executivo municipal, foi o ponto posto a discussão da Assembleia Municipal, ao abrigo do disposto no n.º 1 da cláusula 10.ª, em articulação com o disposto na alínea k) do n.º 1 do artigo 25º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação -----

Findo o período de discussão, foi o ponto posto a votação da Assembleia Municipal, **tendo sido deliberado, por maioria, com 23 (vinte e três) votos a favor, 1 (uma) abstenção aprovar a execução das adendas aos Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências a celebrar entre o Município da Batalha e as Juntas de Freguesia, ao abrigo do disposto no n.º 1 da cláusula 10.ª, em articulação com o disposto na alínea k) do n.º 1 do artigo 25º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, nos termos enunciados na deliberação n.º 2023/0254/G.A.V.,**-----

Absteve-se o senhor deputado municipal, Francisco Coutinho do CDS/PP.-----

A Assembleia Municipal, usando da faculdade que lhe confere o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o disposto no n.º 4 do artigo 75.º do Regimento da Assembleia Municipal, em vigor, deliberou ainda aprovar esta deliberação em minuta, para que possa ter execução imediata -----

**

----- **Ponto 9** -----

Apreciar e deliberar sobre a aprovação dos Autos de Transferência de recursos a celebrar entre o Município e as Freguesias da Batalha, Golpilheira, Reguengo do Fetal e São Mamede, para o ano de 2024, nos termos e para os efeitos previstos no Decreto-Lei nº 57/2019, de 30 de abril, em articulação com o disposto na alínea k) do nº 1 do artigo 25º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação-----
MGD n.º 920, de 02/06/2023-----

A pedido do senhor **Presidente da Assembleia** usou da palavra o senhor Presidente da Câmara passando a mesma ao senhor **Vice-Presidente** para prestar os devidos esclarecimentos sobre este tema: “Há uma Lei que agora determinou a obrigatoriedade para os Municípios e as Juntas se pronunciarem sobre competências que podem ser transferidas para as Juntas de Freguesia. Esse é o Decreto-Lei nº 57/2019 que diz que as Juntas de Freguesia podem até intervir, para além dos Contratos interadministrativos, essa Lei veio determinar que as Juntas de Freguesia podem executar algumas atividades que, neste momento, estão sob a alçada dos Municípios, designadamente, por exemplo, a gestão e manutenção de alguns espaços verdes, a limpeza de vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros de, entre outras, a manutenção de espaços envolventes aos estabelecimentos, etc. e a nova Lei veio determinar que essas atividades sejam individualizadas e que seja feita uma dotação financeira para as Juntas de Freguesia poderem executar essas atribuições, essas competências que pretende executar, substituindo-se ao Município e os nossos contratos interadministrativos não acomodam esta estrutura, não só não acomodam esta estrutura, mas o novo regime jurídico, o que é sobre a forma de autos de transferência e nós tivemos uma reunião para perceber até ao final deste mês, nós temos que comunicar que competências é que as Juntas de Freguesia estão dispostas a assumir, e o que é que vai acontecer? contrariamente, aquilo que acontecia até agora é que, no próximo ano a DGAL, Direção-Geral da Administração Local vai transferir diretamente para as Juntas de Freguesia o valor que as Câmaras definirem para que elas possam exercer essas competências, descontando no FEF do Município. Nesse sentido, tivemos uma reunião preparatória com as Juntas de Freguesia, com os senhores Presidentes, tentámos chegar a um consenso, quais eram as competências que eles podiam acolher. Fizemos simulações de valor, os valores que neste momento estão em causa e que foram comunicados, de facto, alguns Presidentes de Junta entendem que é necessário serem revistos, estão a avaliar os anexos, o que é que são os anexos? os anexos é, se eu vou manter um espaço verde na Freguesia de São Mamede, estão definidos quais eram espaços Verdes, o senhor Presidente da Junta de São Mamede, ainda quer integrar mais um, ao outro nesse anexo e pretende também rever o valor, assim como, uma outra



MUNICÍPIO DA BATALHA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA
(C.A.M.B. - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Página 26 de 53

Freguesia que já manifestou esse interesse. Nesse sentido, para que possamos comunicar até 30 de junho, as novas competências que as Juntas estão dispostas a aceitar, eu proporia o seguinte, aqui aprovarmos esses Contratos de Execução, sendo que na próxima Assembleia, que pudéssemos incorporar já o valor sobre a contraproposta das Juntas de Freguesia. Se for este o entendimento da Assembleia, portanto, estão valores aí contextualizados. Os senhores Presidentes de Junta não tiveram tempo de avaliar intrinsecamente todos os anexos, e as áreas de intervenção que querem melhorar o critério da assunção dessas competências. Eu proporia que tivéssemos a legitimidade para carregar as competências que vamos transferir na DGAL e depois em definitivo, traríamos o valor corrigido efetivamente na próxima Assembleia Municipal, sendo que, ainda têm que ir ao executivo mediante a contraproposta das Juntas, vamos ter que refletir sobre este assunto. É esta a proposta. -----

Após informação prestada pelo senhor Vice-Presidente da Câmara relativamente aos pressupostos e fundamentos legais aduzidos na proposta aprovada em reunião de executivo municipal de 05 de junho de 2023, sob a deliberação n.º 2023/0261/G.A.V., à cerca da celebração de autos de transferência de recursos entre o Município e as quatro Freguesias do concelho da Batalha, para o ano de 2024, cujas minutas foram aprovadas na predita reunião de executivo municipal, foi o ponto posto a discussão da Assembleia Municipal, nos termos e para os efeitos previstos no Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, em articulação com o disposto na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação. -----

Findo o período de discussão, foi o ponto posto a votação da Assembleia Municipal, **tendo sido deliberado, por unanimidade, aprovar a minuta dos Autos de Transferência de recursos a celebrar entre o Município e as Freguesias de Batalha, Golpilheira, Reguengo do Fetal e de São Mamede, no qual se encontram identificadas as competências a transferir para cada uma das freguesias, em cumprimento do disposto nos artigos 2.º, n.º 1 e 6.º, n.ºs 1 e 2, ambos do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, devidamente acompanhado dos recursos financeiros necessários ao exercício das competências delegadas, conforme constante dos Anexos I, II e III, no valor total de: -----**

- i. Freguesia da Batalha – valor: 73.831,95€; -----
- ii. Freguesia da Golpilheira – valor: 25.841,18€; -----
- iii. Freguesia de Reguengo do Fetal – valor: 29.532,78€; -----
- iv. Freguesia de São Mamede – valor: 44.299,17€. -----

A Assembleia Municipal, usando da faculdade que lhe confere o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o disposto no n.º 4 do artigo 75.º do Regimento da Assembleia Municipal, em vigor, deliberou ainda aprovar esta deliberação em minuta, para que possa ter execução imediata -----

----- ** -----

-----Ponto 10-----



MUNICÍPIO DA BATALHA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA
(C.M.B. - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Página 27 de 53

Apreciar e deliberar sobre as propostas de atribuição de Medalhas de Mérito Municipal a diversas personalidades, nos termos do artigo 3º do Regulamento de Atribuição de medalhas de Mérito Municipal publicado no Diário da República 2ª série nº 78 de 22 de abril de 2013 e nº 171 de 5 de setembro de 2013.-----

A pedido do senhor Presidente da Assembleia usou da palavra o senhor Presidente da Câmara tecendo algumas considerações relativamente a este ponto, justificando a apresentação atempada do conjunto de personalidades que irão ser distinguidas no dia 14 de agosto. -----

Interveio o senhor deputado **Francisco Coutinho** para perguntar como se iria proceder à votação se era em conjunto ou nominalmente, informando que se for a votação em conjunto, irá votar contra, uma vez que o CDS entende que há distinções que não se justificam. -----

O senhor **Presidente Assembleia** esclareceu o senhor deputado que a votação seria em conjunto.-----
Então o senhor deputado **Francisco Coutinho** referiu que o CDS propunha que, no futuro, *“antes de se fazerem propostas do género e arbitrariamente como estas, nomeadamente, por exemplo, este grau de cobre para a Catarina Coelho quando deveria de ser grau de prata ou ouro, indo atribuir-se grau de ouro a Pedro Machado”*, referindo que enquanto Presidente do Turismo do Centro, não fez mais que lhe compete na sua atribuição. Disse ainda que *“No caso concreto desta senhora Elsa Fonseca, acho muito bem. Tem sido uma obreira no desenvolvimento e no apoio a agendas de Portugal, representando o concelho da Batalha lá fora”*. Salientou haver disparidades na atribuição das distinções, pelo que propõe que, no futuro seja criada uma Comissão, que dê um apoio ao senhor Presidente da Câmara para que as escolhas não sejam tão arbitrárias. -----

Discussão e emissão de parecer favorável à atribuição de Medalhas de Mérito Municipal previamente aprovada em Reunião do Executivo realizada a 5 de junho de 2023, através da deliberação n.º 2023/0264/G.A.P., às seguintes entidades e personalidades: -----

a) A atribuição de Medalha de Mérito Municipal (artigo 6.º, capítulo IV do Regulamento de Atribuição de Medalhas de Mérito Municipal): -----

- Medalha de Mérito Municipal – Grau Ouro, ao Dr. Pedro Machado – Presidente da Turismo Centro de Portugal; -----
- Medalha de Mérito Municipal – Grau Prata, a João Rodrigues Vala; -----
- Medalha de Mérito Municipal – Grau Prata, a João Pinheiro Oliveira Guerra; -----
- Medalha de Mérito Municipal – Grau Prata, a Gárgula Gótica – Artesanato Tradicional em Pedra, Lda.; -----

b) A atribuição de Medalha de Cultura e Mérito Desportivo (artigo 8.º, capítulo VI do Regulamento):--

- Medalha de Cultura e Mérito Desportivo - Grau Prata, a Elza da Fonseca Godfrin; -----
- Medalha de Cultura e Mérito Desportivo - Grau Cobre a Nádia Alexandra dos Santos Ribeiro; -----
- Medalha de Cultura e Mérito Desportivo - Grau Cobre a Catarina Isabel Monteiro Ferreira; -----



MUNICÍPIO DA BATALHA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA
(C.M.B. - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Página 28 de 53

- Medalha de Cultura e Mérito Desportivo - Grau Cobre a Aldeia Pintada – Associação Cultural; -----
- Medalha de Cultura e Mérito Desportivo - Grau Cobre à BEST – Associação Batalha Escola de Triatlo; -----

c) A atribuição de Medalha de Assiduidade e Bons Serviços (artigo 7.º, capítulo V do Regulamento de Atribuição de Medalhas de Mérito Municipal), aos funcionários que deixaram os serviços por aposentação, respetivamente:-----

- Medalha de Assiduidade e Bons Serviços – Grau Ouro, a Alfredo Vieira da Costa Paraíso, pelos 37 anos ao serviço do Município da Batalha; -----
- Medalha de Assiduidade e Bons Serviços – Grau Cobre (a título póstumo), a Catarina Susana Inácio Coelho, pelos 18 anos ao serviço do Município da Batalha.-----

Após prévio esclarecimento prestado pelo Senhor Presidente da Câmara sobre as razões que fundamentam a distinção e homenagem que se pretende efetuar às personalidades que se destacaram pelos seus feitos e atividades, foi o ponto posto a discussão da Assembleia Municipal, nos termos do artigo 3.º do Regulamento de Atribuição de Medalhas de Mérito Municipal, publicado no Diário da República 2ª série nº 78 de 22 de abril de 2013 e nº 171 de 5 de setembro de 2013.---

Findo o período de discussão, foi o ponto posto a votação da Assembleia Municipal, tendo sido **deliberado, por maioria, com 23 (vinte e três) votos a favor e 1 (um) voto contra, conceder parecer favorável à atribuição das Medalhas Municipais às entidades e personalidades acima enunciadas.**--

A Assembleia Municipal, tomou ainda conhecimento da atribuição da Medalha de Assiduidade e Bons Serviços:-----

- Grau Ouro a Alfredo Vieira da Costa Paraíso, pelos 37 anos ao serviço do Município da Batalha;-----
- Grau Cobre (a título póstumo), a Catarina Susana Inácio Coelho, pelos 18 anos ao serviço do Município da Batalha.-----

Votou contra o senhor deputado municipal, Francisco Coutinho do CDS/PP.-----

A Assembleia Municipal, usando da faculdade que lhe confere o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o disposto no n.º 4 do artigo 75.º do Regimento da Assembleia Municipal, em vigor, deliberou ainda aprovar esta deliberação em minuta, para que possa ter execução imediata -----

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO-----

De seguida, o senhor Presidente da Assembleia deu início ao período de intervenção do público, período para o qual a mesa recebeu cinco inscrições.-----

Assim deu início a este período o ser Amândio Santos, residente em Santa Catarina, cuja intervenção incidiu sobre a Zona Industrial de São Mamede.-----

Intervenção do senhor Amândio Santos:-----

“Cumprimento os membros dos órgãos locais e o público presente.-----

Já nos apresentaram e somos de Santa Catarina da Serra, freguesia aqui ao lado e fui crescendo a ter uma excelente imagem do concelho da Batalha, nomeadamente, a Autarquia que foi gerindo durante décadas um dos concelhos mais eficientes, práticos, rápidos. Já não é público no concelho da Batalha e hoje venho expressar aqui em frente a todos a minha decepção. Eu sinto-me defraudado, não é o que eu esperava, nem pouco mais ou menos. Eu tenho cerca (...) cerca de 105.000 m2 de terreno, onde eu via algum potencial industrial e até ao momento, no executivo anterior, neste executivo, procurei manter reuniões, procurei manter o contacto e até hoje não vejo nenhuma forma que o executivo tem encontrado para me ajudar, ou para promover a instalação da minha empresa que traria, neste momento, cerca de 30 funcionários para o concelho da Batalha. De modo que, venho aqui de certa forma, perguntar quais são os planos que este Executivo tem para a zona industrial de São Mamede, na zona das Ferrarias e perguntar qual é a estratégia, porque continua a manter-se terreno industrial. Terreno com a tipologia industrial numa zona muito resguardada da Lagoa de Boi, muito afastada das instalações, quer dizer, nem economicamente, nem viabilidade, são estratégias que se possam entender. Tenho um terreno que está na estrada pública com 350 metros de frente, tem um estabelecimento comercial à esquerda e um à direita, os dois estão legais, tem 3 estabelecimentos entre industriais e comércio à frente, tem 350 metros de frente e este PDM continua com um terreno de produção florestal. (...) Em 2019 apresentei a minha primeira reclamação sobre o caso. Não foi atendida. Tenho ideia de voltar a apresentar as minhas reclamações no prazo que ainda não terminou, mas queria deixar aqui claro esta preocupação numa zona industrial onde se fala do acesso ao IC9 uma zona industrial, onde eu conheço facilmente meia dúzia de empresas que estão interessadíssimas em investir e trazer postos de trabalho e criar riqueza para aqui. Parece que o concelho da Batalha, a autarquia da Batalha, se esquece que tem um terreno com um enorme potencial. Não sou só eu que acho, há muito mais gente que acha que realmente há ali muito potencial e é preciso olhar para ele e trabalharam e deixar as coisas (...). É isso que eu queria perguntar o ponto de situação, quais os projetos para aquela zona e saber realmente sobre o acesso ao IC 9, o qual é o ponto de situação, é só isso.” -----

Seguidamente foi concedida a palavra ao senhor Vitalino Pedro Carreira, residente na Batalha, cuja intervenção incidiu sobre o PDM, Vale de Ourém, São Mamede. -----

Intervenção do senhor Vitalino Pedro Carreira:-----

“Cumprimento a mesa da Assembleia, cumprimento a Mesa do Executivo. Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores, eu também estou aqui relativamente a esta 2ª alteração à 1ª revisão do PDM da Batalha, onde nós verificamos que a proposta de alteração, enfim, transforma ou dá como passagem de espaço para atividades económicas na zona. (...) Verificamos que em toda a faixa ao longo da estrada municipal, desde o restaurante Pastilha até ao limite do concelho da Batalha, portanto, do lado sul, ou seja, no sentido contrário, há a Fassa Bortolo, tudo isso continua como espaço de produção florestal. Penso que não faz qualquer sentido, devia haver da parte deste executivo uma visão para todo aquele espaço, que tem um enorme potencial, como disse o colega que falou anteriormente e que, enfim, poderia trazer a criação ali de muitos postos de trabalho,

tendo em consideração que já temos ali naquela zona várias unidades industriais e, portanto, acho que o executivo camarário devia ter aqui esta visão, porque não faz sentido nenhum ficar ali aquele espaço, na minha perspetiva, enfim, com um espaço de produção florestal.”-----

Seguidamente foi concedida a palavra à senhora Susete Teixeira, residente em Fátima, cuja intervenção incidiu sobre o PDM, Vale de Ourém, São Mamede. -----

Intervenção da senhora Susete Teixeira:-----

“Em nome individual e como empresária do vosso Concelho, também venho aqui prestar o meu descontentamento. Nós temos uma licença emitida pela Câmara, em 2008. (...). Acontece que temos então a licença 2008. O ano passado acabou a nossa licença, pedimos uma licença à Câmara da Batalha, na qual o pedido de prorrogação de licença especial para acabamento exterior foi indeferido. Atualmente não tenho a luz para fazer o acabamento exterior, não é? Sinto-me bastante lesada, porque isto é um processo de 2008. (...) É assim: a empresa Auto Coelhoinhos, está muito lesada com o PDM. Eu acho que tanto o executivo anterior como o vosso e até em consideração a isso, porque também somos uma empresa que se forem ver o nosso historial, não é? Eu trago aqui, foi entregue na câmara municipal há 20 anos para cá, temos a empresa Auto Coelhoinhos, empresa do nosso pai, todos os anos são 30/ 40.000 euros ao município. Eu acho que deviam ter um bocadinho em atenção a isso e nós fomos completamente esquecidos. O executivo anterior, falámos do assunto, andamos sempre atualmente, o executivo atual, também sabem do nosso problema, não é? É assim: eu em nome de Auto Coelhoinhos, tem 55.000 metros quadrados fizeram fazer um afastamento, 50 metros para trás inclusive; quando levanto a licença onde me dizem que é de atividade económica, tenho aqui que paguei 27.131 euros e é assim, isto é gozar com quem trabalha, isto não é como o programa, mas é a gozar com quem trabalha. Eu e os meus irmãos somos 3 jovens, ficamos sem o nosso pai muito cedo e trabalhamos muito, para ter o que temos. Temos atualmente investido quatro milhões nesta obra e estamos de fora, completamente fora. Eu gostava que vocês analisassem um bocadinho melhor a alteração, porque acho que não faz sentido estar ali a parte da Matceramica faianças, a por tudo para trás, o nosso está ao lado. É assim, nós pagamos impostos, pagamos taxas, trabalhamos dia e de noite. Acho que a igualdade devia de ser para todos, devia de ser para todos. E assim sinto-me completamente lesada e acho que se vocês tivessem na minha posição também se sentiam, inclusive a 2008, não estava a REN naquele terreno, atualmente venho a saber que está abrangido pela REN. Quem se vai responsabilizar? Tenho uma licença emitida pela Câmara em 2008, aquilo não estava abrangido com a REN. Atualmente está. Uma vez que vocês estão a fazer a alteração, eu não vou esperar como hoje vim fazer por escrito uma reclamação que não vai valer muito, que não vale a pena, penso eu, venho fazer uma reclamação e dizem ah, pois olhe, se calhar é melhor esperar pela revisão! Esperar pela revisão? 15 anos depois esperar pela revisão? Não! Atualmente temos em cima da mesa uma multinacional da Suécia que queria investir no concelho da Batalha, nas nossas instalações. Se isto não for decidida até ao final do ano nós perdemos, mas, claro, já lhos dou outra solução. Vocês conhecem perfeitamente a borda da autoestrada: tem o Município de Ourém, está legalizado e temos lá também uma área de 100.000 metros quadrados.

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

Gostava que vocês analisassem bem o processo. Acho que somos merecedores e todos nós somos, independentemente da cor PS ou PSD, acho que devemos o respeito de todos e temos deveres.”-----

Findas as Intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia**, concedeu a palavra ao senhor **Presidente da Câmara** para prestar os devidos esclarecimentos a estas intervenções. Assim usou da palavra o senhor Presidente respondendo ao senhor Amândio Santos e ao Senhor Vitalino, dando nota de como funciona o PDM e a sua revisão. Esclareceu: “*Quem vincula as decisões do PDM é a CCDR, a Agência Portuguesa do Ambiente, a Direção Regional da Agricultura, o próprio CNR, embora agora tenha suspensa a carta de perigosidade. Essas entidades é que põem e dispõem. Eu vou dar este exemplo: enquanto nós apresentámos as questões, e foram muitas reuniões em Coimbra, a possibilidade de podermos nomear até um macroplano da zona que vai desde a Fassa Bortolo para dentro, até percorrer quase a estrada toda ao confinante com a estrada e até à Perulheira, fomos nós. Não que se fosse a correr fazer uma grande zona Industrial, não é assim que as coisas funcionam. Qual é o nosso espanto? Quando aceitaram uma pequena parte junto à Fassa Bortolo são 26 ou 27 hectares, não é? O que é que nós estamos a pensar? É efetivamente tirar partido desses 26 ou 27 hectares, tentar dinamizar e, portanto, as coisas começarem a dar ocupação para depois podemos estar de justificadamente a pedir, que se defina mais área para a instalação de novas empresas. Não somos nós que mandamos. (...) E, portanto, isto não é ao sabor nem do vosso interesse, nem do da câmara, mas das entidades. Há coisas completamente incríveis que não tem justificação nenhuma, eu próprio não consigo arranjar justificação e já perguntei a quem de direito. (...) São terrenos planos sem linhas de água e que são reserva ecológica. Isto não faz sentido e, portanto, quer no caso de São Mamede, na Zona Industrial, como já se viu, e se houver acesso ao IC 9, com certeza que ficará assegurado todo esse potencial, não é? Com as dificuldades do acesso o IC 9, as coisas poderão complicar-se. (...) Mas nós não conseguimos neste momento e, por isso, quando alguém diz que não é possível agora e nós vamos avançar assim que for publicada as alterações deste PDM, nós iniciámos de imediato o processo para revisão do PDM, onde aí há mais oportunidade de discussão no sentido de podermos reverter classificações. no sentido de podermos obter mais ganhos para aquilo que são os interesses das pessoas que são proprietários. Agora, isto não é feito pelos que vão comprar um grande terreno e agora abriu a força aquilo. Até é capaz ser bom para a indústria, mas é preciso que cumpra as regras todas. Quando não, essa abertura da parte das entidades não é, e foram muitos, infelizmente, que cortaram. Nós, que estávamos à espera de tentar reverter aquilo que tinha sido cortado com o PDM de 2015 e só conseguimos metade 30%. (...) Isto é um processo moroso, demora tempo, nós estamos a preparar já para que assim que se consolide esse processo, as coisas possam fluir de outra forma. Isto demora sempre mais de um ano. A revisão do PDM vai demorar mais de um ano e nós estamos já a preparar-nos para se iniciar a revisão do PDM da Batalha, no sentido de ver se é possível conseguimos alcançar mais reclassificações dos terrenos. E não só de São Mamede, mas e qualquer freguesia do concelho. Infelizmente não conseguimos tudo. Conseguimos umas, não conseguimos outras e o jogo é este. -----*

Respondendo à senhora Suzete, referiu que devia haver um mal-entendido, *“está mal informada, seguramente está mal informada. A única coisa que eu lhe posso dizer e faço o convite: se puder terça-feira passar pela Câmara e vamos ver qual é a realidade daquela situação. (...) Aquilo que eu peço é terça-feira de manhã, se puder passar pela Câmara e ver em concreto o que é que está ali para não haver dúvidas. (...) Nós até gostaríamos que isso fosse tudo e para todos, não é? Só que, infelizmente, a lei é assim. Não podemos prevaricar e temos que cumprir com aquilo que nos dão para aumento e a mais não são obrigados. Mas é assim que isto funciona. Seguramente que vai haver condições, são que não é agora. Dentro de um ano, para se poder viabilizar muitas situações, estamos a pedir às pessoas para fazerem as reclamações para ficar desde já cartografado. Para quê? Para quando começar a revisão, podemos pegar em todas as reclamações que apareceram para termos uma base de trabalho, porque nós não vamos perguntar pessoa a pessoa. Queria pedir alguma calma.”* -----

Seguidamente foi concedida a palavra à senhora Ana Paula Carreira da Silva, residente em Fátima, cuja intervenção incidiu sobre o PDM. -----

Intervenção da senhora Ana Paula Carreira da Silva: -----

“Boa noite, senhor Presidente da Câmara e demais presentes. Venho também fazer o mesmo pedido: tenho um projeto também nas mesmas condições e estou à espera a ver se realmente acontece alguma coisa do nosso agrado. Pronto nesse sentido, peço que se olhe um pouquinho também para esta zona, uma vez que também já demos aqui um pouquinho. Que se contentasse aqui também esta gente, porque são todas. (...) Como o Senhor Presidente diz que não manda, há pessoas superiores que mandam, portanto, eu acho como ali a nossa colega, ela tem toda a razão!” -----

Finda a Intervenção, o senhor **Presidente da Assembleia**, concedeu a palavra ao senhor **Presidente da Câmara** para prestar os devidos esclarecimentos a esta intervenção. Assim usou da palavra o senhor Presidente, pelo que referiu, *“há-de ser apreciada e há-de ser justificada, porque é que se consegue ou não consegue.”* -----

Seguidamente foi concedida a palavra ao senhor André Sousa, residente na Golpilheira, cuja intervenção incidiu sobre a Segurança Rodoviária. -----

Intervenção do senhor André Sousa: -----

“Boa noite, cumprimento o Presidente da Mesa, cumprimento o Senhor Presidente do Executivo. Caros Deputados e aos que estão a assistir lá em casa e, felizmente, não venho falar do PDM. Também tinha razões, mas o tema é outro e compreendo perfeitamente as vossas críticas os vossos desejos. Também foi criada uma expectativa diferente do que se tornou depois, na realidade. Mas venho falar da Segurança Rodoviária. (...) Saiu uma notícia esta semana nos órgãos de comunicação social relativamente ao número de acidentes rodoviários a nível nacional que também, porventura, afeta o nosso concelho, que tem aumentado o número de acidentes e quando falamos nos acidentes que envolvem bicicletas ou trotinetes, esse número aumentou 4 vezes nos últimos 3 anos. Um dos objetivos da ciclovias intermunicipal que liga o concelho da Batalha a Porto de Mós, pelas Brancas, era precisamente esse: também de aumentar a segurança dos ciclistas. Que são centenas que

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

frequentam aquele espaço, sobretudo ao fim de semana e que essa ciclovia tinha esse objetivo também de aumentar a segurança. Por isso, 3 perguntas muito simples para o executivo: Em 1º lugar: qual a situação da obra e se efetivamente o município da Batalha vai avançar com o projeto, uma vez que o Município de Porto Mós já arrancou com a execução da obra. Em 2º lugar, visto ser um projeto participado com fundos comunitários, se está em risco a perda desse dinheiro para os cofres da Câmara e, em 3º lugar, se o município tem outros investimentos para mitigar a questão dos acidentes rodoviários e de aumentar a segurança na batalha. Por fim, só uma nota muito breve; Não podemos ter memória curta: em 2020 em 2021 e também 2022, houve uma pandemia e, porventura, é sempre muito mais fácil fugir dos problemas e só espero que, desta vez, não haja essa tentação e que fiquemos aqui fortes para a solução do problema.” -----

Finda a Intervenção, o senhor **Presidente da Assembleia**, concedeu a palavra ao senhor **Presidente da Câmara** para prestar os devidos esclarecimentos a esta intervenção. Assim usou da palavra o senhor Presidente, tendo esclarecido que efetivamente havia um projeto que implicava a ligação da Batalha com Porto Mós, contemplando umas pinturas de bicicletas no troço, para sinalizar que as bicicletas podiam passar ali. Esclareceu que não se deu sequência às pinturas, não só porque à luz Código da Estrada essas pinturas não se vem para nada e que tanto as viaturas automóveis como os ciclistas têm que respeitar os devidos procedimentos, de acordo com o Código, não se justificando, por esses motivos, as pinturas no chão, até porque muitas vezes nem se dá por elas. Confirmou que o executivo prescindiu dessas pinturas entre o troço do limite do concelho até ao limite do concelho com o Porto de Mós. Sendo uma via partilhada, tanto viaturas como ciclistas devem respeitar o Código da Estrada, tendo-se prescindido dessa verba e comunicado a quem de direito. ----- Sem mais inscrições do público, o senhor Presidente da Assembleia deu por terminado este período.-

----- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

Seguidamente, o senhor Presidente da Assembleia, prestou a informação aos senhores deputados de que deu entrada o relatório de contas de 2022 da Comunidade intermunicipal da Região de Leiria, pelo que o mesmo seria remetido a todos os deputados. -----

Posto isto e em representação da mesa da Assembleia e do Movimento, o senhor Presidente da Assembleia apresentou para apreciação e discussão da Assembleia, um voto de pesar pelo falecimento da trabalhadora do Município, Catarina Coelho, apresentado pelo BTMI, que se transcreve: -----

“Voto de pesar pelo falecimento de Catarina Coelho-----

Catarina Susana Inácio Coelho, faleceu a 28-05-2023, aos 45 anos, causando enorme consternação entre a família, colegas e inúmeros amigos que conquistou ao longo dos anos pelo seu caráter. Natural e residente na Batalha, entrou e prestou serviço na Câmara Municipal da Batalha durante vários anos em funções exercidas com reconhecida dedicação, sendo atenciosa e sempre disponível! Na pessoa de Catarina Coelho, o Movimento Independente Batalha é de Todos, propõe este Voto de Pesar e também por respeito, um minuto de silêncio no qual se abarca e globalmente se presta homenagem. A perda sentida pela partida dos mais trabalhadores do município até à data, bem

como ao sofrimento do vazio que provoca nos seus respetivos familiares e a todos com quem se cruzaram". -----

Seguiu-se a votação do predito voto de pesar, tendo este sido aprovado, por unanimidade, pelos presentes. -----

No seguimento da recomendação apresentada pelo senhor deputado da Iniciativa Liberal Ricardo Vala, à mesa da Assembleia, o senhor **Presidente da Assembleia** solicitou ao senhor deputado apresentasse a mesma: -----

Assim, usou da palavra o senhor deputado **Ricardo Vala**, que após cumprimentar todos os presentes deu a conhecer a recomendação: *"Apresento uma recomendação para instalação da Paragem de Autocarro no Concelho da Batalha. A atual paragem de autocarros não é adequada à população e aos visitantes da Batalha, já que a comodidade e a segurança são dois requisitos básicos devem ser garantidos nos abrigos. 1. A atual paragem de autocarros só possui capacidade para 8 pessoas no máximo. 2. Além de pequeno, o abrigo é construído em forma de "L", sem painéis laterais, os passageiros ficam expostos ao clima, seja à exposição solar forte no período de verão, seja à chuva e eventos fortes no período de inverno. Assim, alguns passageiros que aguardam o autocarro veem-se obrigados a abrigar-se debaixo das varandas dos prédios circundantes. 3. A informação disponibilizada ao utente sobre os horários e mapa de transportes encontra-se em mau estado por estar ao ar livre, sujeito ao tempo atmosférico, em vez de estar numa zona coberta. 4. É imperativo criar as condições de comodidade e segurança para que os utentes utilizem preferencialmente os transportes públicos e reduzam a utilização de transporte privado. Como sabemos, a utilização de transportes coletivos é uma importante medida de mitigação e adaptação às alterações climáticas e o incentivo à sua utilização é um investimento na mudança de hábitos de mobilidade para o futuro. 5. Existe um anterior projeto, junto à localização da atual paragem, para a construção de uma nova paragem, cujas fundações, inclusivamente, já existem, estando agora tapadas. Assim, a representação Municipal da Iniciativa Liberal da Batalha propõe que a Assembleia Municipal delibere, na sua reunião de 16 de junho de 2023, recomendar ao Município da Batalha: - A adaptação do projeto anterior para construção de uma nova paragem de transportes públicos, com as seguintes características: - maiores dimensões; sem exposição direta do utente ao tempo atmosférico; - com bilheteira eletrónica alternativa à Internet e ao agente local (cujos horários são distintos). Sugerimos ainda que, no desenvolvimento deste projeto, seja criada uma arquitetura com uma imagem de marca do nosso Concelho, já que a vila da Batalha tem no turismo uma grande fonte de receita."* -----

Após a apresentação desta Recomendação, o senhor **Presidente da Assembleia** colocou-a à votação, tendo a Assembleia Municipal aprovado a mesma, **por unanimidade**. -----

No seguimento das propostas apresentadas pelo grupo parlamentar do PSD, à mesa da Assembleia, o senhor **Presidente da Assembleia** solicitou à senhora deputada Elodie Zeferino, que apresentasse as mesmas: -----

[Handwritten signatures in blue ink]

Assim, usou da palavra a senhora deputada **Elodie Zeferino**, que após cumprimentar todos os presentes deu a conhecer as propostas, uma relativa ao Orçamento Participativo e outra relativa ao Ordenamento do Território da zona das Pedreiras Históricas:-----

“O grupo parlamentar do PSD, para esta Assembleia preparou duas propostas, fruto do trabalho preparatório do grupo parlamentar. A primeira relativamente ao Orçamento Participativo que passo ler: “Como é do conhecimento geral, o Orçamento Participativo dos Municípios é o instrumento facultativo onde os munícipes podem apresentar propostas e votar, através de um sistema de votação eletrónico. Assume um carácter integrativo e social, como forma de permitir aos cidadãos decidirem que projetos acham prioritários para o concelho. O Município da Batalha tinha esta prática até ao início da pandemia COVID-19, altura em que o executivo anterior tomou a decisão de suspender a iniciativa para garantir resposta a novas necessidades que foram surgindo, cujo investimento médio rondava os 30.000€ para a execução do projeto vencedor, tendo sido até então uma iniciativa muito bem acolhida pelos munícipes, que se sentiam integrados e ativamente participantes das decisões de investimento do Município. De destacar alguns dos últimos projetos vencedores, como exemplo da aquisição de uma carrinha de transporte para os utentes da Casa do Mimo, a pavimentação da Estrada Real D. Maria I, a colocação de novos vitrais na Igreja de Nossa Senhora de Fátima na Golpilheira, entre outros. Salientar também que o último projeto aprovado foi a “Casa Vitral” - Uma Casa para Todos no Orçamento Participativo de 2020, apresentado pelo Agrupamento de Escolas da Batalha - Departamento de Educação Especial. Uma vez que nos encontramos a escassos meses de iniciar a preparação do Orçamento para 2024, a proposta do PSD é retomar esta iniciativa incluí-la desde já no próximo orçamento anual.” -----

A segunda proposta do PSD, Relativa ao Ordenamento do Território, Zona das Pedreiras Históricas da Torre, aquilo que aqui pretendemos é propor à votação dos deputados da Assembleia, a criação de uma UOPG na zona das Pedreiras históricas, ou outro instrumento de ordenamento territorial, ou até um alargamento da zona de proteção das pedreiras históricas PI Diogo e Valinho do Rei, que abranja a zona da Pedreira Casal do Gaio com a licença 6837, emitida em 2 de setembro de 2020. Neste momento, está a decorrer o período de discussão pública 2ª alteração à 1ª revisão do PDM, onde se estabelece uma zona de proteção da zona da Torre. Em 2016 o PDM foi suspenso para que fosse estudada e fundamentada a alteração do uso do solo, e por isso os vereadores do PSD propuseram a 23 de maio de 2022 que se desse continuidade à intensão de elaboração de estudo científico sobre a origem da pedra utilizada na construção do mosteiro, assim como a instalação de percursos pedestres criando a rota das Pedreiras Históricas. Assim, entendemos que a solução poderá passar por criar uma UOPG – Pedreiras históricas, ou outro instrumento de âmbito territorial, com o intuito de classificar o solo como Rústico – Equipamentos dada a importância geológica, histórica, cultural e ambiental. Note-se ainda, que na proposta municipal para discussão pública de alteração do PDM, a maioria entendeu incluir novas Unidades Operativas de Planeamento e Gestão, para viabilizar algumas pretensões urbanísticas de privados e, por maioria de razão, deve acautelar-se o interesse público e os valores históricos e culturais do concelho. No ano em que se comemora os 40 anos da

[Handwritten signatures and initials in blue ink]



MUNICÍPIO DA BATALHA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA
(C.M.B. - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Página 36 de 53

classificação do Mosteiro de Santa Maria da Vitória, como Património da Humanidade pela UNESCO, urge proteger o monumento, assim como o património mineral que deu origem, num século em que a qualidade de vida das populações é medida não só pelo seu rendimento, mas também pelos meios holísticos que combinam aspetos ambientais, sociais e culturais em que nos inserimos. Temos a responsabilidade de deixar os recursos naturais, patrimoniais e sociais de forma a que não se ponha em causa a memória coletiva, do concelho e de Portugal. Posto isto, os eleitos na Assembleia Municipal decidem propor que a Câmara Municipal considere a definição no PDM da UOPG das Pedreiras Históricas ou outro instrumento territorial equivalente, no lugar da Torre, freguesia do Reguengo do Fetal, pugnando para que esta unidade de execução salvasse o património em causa e defina de forma definitiva os termos de referência para o uso do solo.”-----

Após a apresentação destas Propostas, o senhor Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao senhor deputado **Armando Rosa**, que após cumprimentar todos os presentes, referiu: *“relativamente a estas duas recomendações apresentadas hoje no início da Assembleia, temos presente no nosso grupo parlamentar que as mesmas, nomeadamente e relativamente à UOPG, necessita de reflexão, estudo e não de um carácter premeditado de apresentação. Temos também presente que houve uma série de atos praticados anteriormente, nomeadamente autorização de pesquisas, do Executivo anterior, portanto, é necessário avaliar o histórico necessário, avaliar o presente e, nomeadamente, a questão das pedreiras históricas ou da proteção do monumento, são falácias que nada tem a ver com a UOPG, portanto, a nossa posição será voto contra.”*-----

Neste seguimento, o senhor **Presidente da Assembleia** concedeu a palavra ao senhor **Presidente da Câmara**, tendo informado: *“Em relação à proposta das Pedreiras Históricas, isso é uma velha conversa, porque querem fazer aqui estender um pouco a massa que é assim: as Pedreiras Históricas estão classificadas, não podem ser utilizadas sob o ponto de vista de exploração, portanto, estão salvaguardadas pela própria natureza da lei. Há estudos do Professor Aires Barros e Professora Clara Moura que as situam no contexto de área da região. (...) Não vale a pena, estarmos aqui a envolvermo-nos na crise do que enquadrar, do que fazer, etc., etc., porque elas estão lá, não é possível fazer qualquer exploração, a sua classificação está assegurada e, portanto, a sinalização está feita e, penso que não fará sentido, para além que se falar aqui da UOPG, neste sentido, é estar longe da realidade.”* Esclareceu ainda que quanto à proposta do Orçamento Participativo tem que ser bem analisado o respetivo regulamento e ver a necessidade de criar um programa, um regulamento específico que permita que toda a gente possa votar.-----

O senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a proposta do grupo parlamentar do PSD, sobre o Orçamento Participativo a votação, tendo a mesma sido aprovada, **por unanimidade**; -----

Relativamente à proposta da zona das **Pedreiras Históricas**, foi a mesma recusada, **por maioria, com 7 votos a favor, 2 abstenções e 15 votos contra**.-----

De seguida, foram abertas as inscrições para que os senhores deputados municipais pudessem ainda intervir sobre outros assuntos.-----

Seguiu-se a intervenção do senhor deputado **Frederico Alfaro**, que após cumprimentar todos os presentes, referiu: *“é a terceira ou quarta vez que venho questionar sobre o mesmo, mas para refrescar a memória do executivo e dos presentes, apresento os dados novamente, de uma forma cronológica: na Assembleia de 13 de dezembro de 2022, os eleitos do PSD questionaram Vossa Excelência sobre os apoios à Creche, apoios do Crescer + e das Bolsas de Estudo, ao que o senhor respondeu e passo a citar, “Os dois projetos referidos sofreram alterações ao regulamento, pelo que em breve, as candidaturas serão apreciadas” - dezembro de 2022. Na Assembleia de 27 de fevereiro de 2023, questionámos novamente sobre o apoio a creches ao que o Senhor Presidente nos respondeu que dentro de 10 ou 15 dias seria pago - fevereiro. Nesta resposta, solicitou auxílio ao senhor Vice-Presidente que confirmou a si e a todos os presentes que estes pagamentos estavam previstos a serem realizados nos tais 10 ou 15 dias. Na Assembleia de 27 de abril, voltámos a questionar e o Presidente respondeu, passo a citar “sobre os pagamentos do programa Crescer +, já começaram a receber”. Não conheço ninguém que tenha recebido. Senhor Presidente, hoje é dia 16 de junho, as candidaturas foram feitas em setembro, o apoio é à mensalidade, reforço à mensalidade. Passou o ano letivo todo e ninguém recebeu nada! não deve ser por falta de liquidez, não é por falta de avisos por parte dos deputados do PSD, segundo sei também não é por falta de emails dos candidatos para o município sempre a questionar sobre o mesmo. Aliás, recebemos, os candidatos receberam dois dias antes da Assembleia de 27 de abril a dizer que tinha sido diferido, que íamos receber abril. Pergunto porque é que não pagam? Apelo à sua sensibilidade social e peço ao Senhor Presidente que assuma uma data firme deste pagamento que tanta falta faz às famílias nos dias que correm, esta é a minha questão.”*

O senhor deputado **Hugo Vicente**, após cumprimentar todos os presentes, referiu ter pena de *“cá já não estar o público de São Mamede, porque realmente são pessoas bastante empreendedoras e que merecem todo o respeito e todo o empenho deste executivo para a resolução dos problemas, o que vai criar postos de trabalho e dinamismo para o nosso concelho que tanto nos falta. Disse ainda: “Para quem não sabe o dia de ontem, São Mamede fez 107 anos, desde já agradeço ao Senhor Presidente Castro ter estado presente nestas comemorações tão especiais para nós, a maior freguesia do concelho da Batalha, em termos de área e a segunda maior em termos de população. (...) Expresso os parabéns à freguesia de São Mamede e que continuemos a festejar e continuemos a levar São Mamede em frente, porque é isso que nós estamos aqui a fazer, São Mamede em frente, a Batalha com certeza, vai de arrasto. Agora dirijo-me ao senhor ao Senhor Presidente: Senhor Presidente, tanto tentou, tanto pesquisou, tanto apregoou na comunicação social, no porta-a-porta, campanha eleitoral, portanto, as questões dos batalhenses que a Câmara estava agora sem dinheiros para despesas diárias, tentando assim justificar a paragem de todas as obras a decorrer no concelho da Batalha, com falta de liquidez e dinheiros da Câmara e agora, Senhor Presidente? Vai conseguir pagar indemnizações ou será necessário contrair um empréstimo para tal? Já todos perceberam que vem aqui abordar o tema do momento. Infelizmente, o processo trouxe e está a manchar a Batalha e os Batalhenses com as mais recentes notícias, nos meios de comunicação social. Os Batalhenses não*



MUNICÍPIO DA BATALHA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA
(C.M.B. - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Página 38 de 53

estão habituados a estar pela negativa nos meios de comunicação social. Leio um dos títulos que está num dos meios de comunicação social: "Justiça leva 29 anos a resolver expropriação ilegal". Temos um Presidente que é responsável por esta situação em 1994, o qual usou os terrenos para um fim diferente daquele que foi proposto, na desapropriação e que, de forma atabalhoada, criou este processo e que colocou a Batalha nos meios de comunicação nacional pelas piores notícia. Com certeza que na altura foi mal aconselhado. Todos nós esperamos também que outros temas presentes e que se irão discutir hoje nesta Assembleia já foram discutidos, também não anda a ser mal aconselhado para evitar erros e, mais uma vez, colocar em causa o dinheiro dos contribuintes que tantos impostos pagam para esta casa. A bancada do PSD também solicita desta forma, esclarecimentos sobre este tema e se o Presidente Castro foi responsável por esta situação complicada, vai resolver de uma vez por todas estas questões, pagando o valor de 400.000 euros, aproximadamente, de indemnização decretada pelo Tribunal e é esse que vem dos contribuintes que sairá do orçamento da Câmara Municipal? Esta é uma das questões que eu deixo. Outra questão, e que foi abordada na última Assembleia e que obtive resposta do senhor Vice-Presidente ao qual ainda não foi concretizada essa resposta. Diz respeito à Pia do Urso, à requalificação. O Senhor Vice-Presidente disse na última Assembleia que a empresa que iria entrar em obra logo após o evento Trilhos do Pastor. Relembro que o evento foi no dia 23 de abril e até agora, nenhuma movimentação foi detetada na Pia do Urso. Para nós é preocupante, porque São Mamede tem uma data de obras paradas. Estamos a perceber que com este executivo não temos tido grande sorte, em termos de concretização da obra feita, acho que devemos ser olhados de outra forma e, acima de tudo, somos a única cor diferente dentro desta Câmara, mas gostaríamos de ser tratados igualmente como todos os outros. Dou também uma palavra aos presentes, acima de tudo àquilo que se passou há pouco. (...) Há uma coisa que é importante perceber: é que todos nós fomos eleitos para fazermos melhor pelo concelho da Batalha e não é com quezílias e andarmos aqui a espernear uns com os outros, como a expressão que você apelidou e que acho que é de mau tom." Acrescentou: "Sim, eu acho que realmente estamos aqui para todos percebermos que temos que trabalhar e acima de tudo, temos que respeitar quem nos meteu aqui dentro. E todos nós temos as nossas opiniões, independentemente de ferir suscetibilidades de pessoas. Eu tenho direito e a democracia dá-me o direito de ter a minha própria opinião e não dá o direito de ser criticado por essa opinião a ninguém é a minha opinião e tem que ser respeitada e nós temos que saber respeitar uns aos outros, não é isso que tem acontecido aqui dentro, não é isso que tem acontecido aqui dentro. Acho que acho que não sei se devo pedir desculpas ao senhor ao Senhor presidente da Mesa. Se se não devo, acho que desde que aqui entrei, mudei um bocadinho a minha atitude, aliás, o tom de voz hoje é um bocadinho mais baixo, tendo em conta todo o tipo de situações, mas deixo aqui este comentário e estas duas questões para o executivo atual."

Seguidamente e após questionado pelo senhor **Presidente da Assembleia** se pretendia usar da palavra, interveio o senhor **Presidente da Câmara**, após cumprimentar todos os presentes informou em relação ao deputado Frederico Alfaro que "há 4 a 6 dias, foram pagos precisamente há três dias,



MUNICÍPIO DA BATALHA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA
(C.M.B. - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL)

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

Página 39 de 53

quando foi possível pagar, não há uma agilidade mensal de receitas, portanto, há três dias foi pago. Não é por obra da minha vontade que as coisas acontecem, demos conta em tempos que contamos com algumas dificuldades e fizemos obras, agora temos de contrair um empréstimo que fica para a próxima reunião. Pois contamos com uma coisa e depois aparecem coisas com que não contamos e depois não dá.”

Ao senhor deputado Hugo Vicente “tantas vezes se mente, que às vezes até as pessoas ficam com dúvidas se será mesmo verdade e isso também é para outras pessoas aqui na sala, no mesmo patamar e tem a ver com o processo das indemnizações. Vamos aqui olhar para a parte dos factos concretos, deliberações e atenção, aquilo que eu vou dizer, se eu tivesse também aqui nesta altura, se calhar fazia o mesmo e não é para salvar o Presidente daquela época, eu faria o mesmo se calhar. Bom, o que aconteceu: deliberações de 12/10/1988, 30/11/88 e 8/02/89, a Câmara Municipal aprovou o projeto, caderno de encargos, medições, orçamentos por concurso, loteamento da Célula B setores A e B. O que está aqui em causa é uma parcela que consta do mapa de expropriações e que resultaram nos seguintes lotes no setor B 5, 6, 7, 8 e no setor C lote 4, 5, tendo sido os referidos lotes do setor B vendidos conjuntamente com os restantes lotes 3, 4, 9, 10 e 11 do setor B, conforme deliberação da Câmara da Batalha de 29/11/1989. A escritura pública, foi feita em 1990 já foi comigo, as deliberações vêm todas de trás. É bom que isto fique claro de uma vez por todas, que é para apanhar pessoas aí a fazer um contraciclo com a informação que têm e que não resolvem nada. Vendeu-se o resto dos lotes da Célula B até 1992. Ora bem, quando aparece a queixa em 1994 foi para Tribunal (...) e o processo correu até hoje. E o que se passa com a decisão do Tribunal, e estou a ler o Acórdão que revela precisamente estes dados que eu agora aqui referi, há um acordo feito no Supremo Tribunal para o pagamento do valor de 373.000€, uma vez que os 100.000€ que já foram liquidados pelo Município por decisão também do Tribunal, para haver uma antecipação da eventual indemnização e o acordo a que chegaram, portanto, os tais 473 menos 100.000 são 373.135€. Este valor é dividido 50% pela Câmara e 50% pela Secretaria de Estado das Autarquias. Eles são condenados em 50% da responsabilidade. É o que está em cima da mesa e nós estamos disponíveis para querer pagar às pessoas, aos queixosos. Enfim, não fomos nós que atropelamos, mas o tempo que o tribunal levou. Temos aqui passados 10 anos, de 2013 a 2023, precisamente o hiato que praticamente se levou a possibilidade de o Tribunal decidir. Por outro lado, o facto de agora ter-se vontade ou não, não é questão. Tem a ver com o pedido que, quer os advogados de Câmara, quer os advogados da parte do Estado, fizeram já oposição, já apresentaram oposição na sexta-feira ou na quinta-feira, alertando para a situação que nós temos que acompanhar e, portanto, também nós fizemos a dedução da oposição que hoje foi entregue no Tribunal, que aparece agora fora do acordo, um pedido para pagar cerca de 300 e tal mil euros de atualização de valores. Temos o parecer para quê? Se houve um acordo, foi aceite pelas partes, ponto final. É mais uma discussão que o Tribunal vai ter que resolver, portanto, o que está em causa neste momento, até agora, da parte da Autarquia serão 186.567€, onde aqui haverá que abater 50.000€ que já antecipámos. (...) Portanto, nós temos para pagar 136.000€ mais os juros que o tribunal citou naquela condenação. Isto é a realidade dos

factos. Não vou fazer política com isto, estar a escudar-me a dizer isso é do tempo do PSD, mais uma vez, há muita coisa para isso, aconteceu neste modelo, houve estes problemas, por isso é que o Ministério também teve que chegar à frente, o Secretário a vir ao processo também e, portanto, as coisas estão a funcionar desta maneira. (...) Entendemos, e os advogados é que estão dentro do assunto, quer de uma parte quer da outra, que não deve haver pagamento dessa parte de atualização. O acordo serviu precisamente para fazer tudo. Agora, parecem eles saberem esta situação que houve lugar a oposição e, por isso, de uma vez por todas, fique bem claro qual é a responsabilidade. Não é dizer que em 1993 o Presidente Castro criou ali um problema e depois em 2023 o presidente Castro tem o problema. Não é verdade! Portanto, com alguns senhores não dou mais oportunidade nenhum, não vou dar mais oportunidade. Desculpem lá! Vamos ter consciência, estamos aqui todos a tentar fazer o melhor para a causa pública. Foi por isso que fomos eleitos, não fomos eleitos para alimentar egos, não fomos eleitos para estarem até à procura de mediatismo e procuramos resolver o problema em favor do concelho. Deixemos as tricas, são perfeitamente inúteis, fique claro, que haja gente crítica, sem tirar o poder. Cada um tem a legitimidade de poder até em sentido contrário, agora ataques pessoais, desculpem lá não contem comigo para isso! Portanto, não digo mais nada, aguardemos para o futuro, entretanto direi. Não sei se respondi a isso, se ficou esclarecido.”

Posto isto, o senhor deputado **Hugo Vicente** interveio para lembrar que, ainda estava em falta a resposta à sua questão da Pia do Urso

O senhor **Presidente da Câmara** informou que relativamente à Pia do Urso, foi adjudicada a obra, estará para arrancar em breve.

Seguiu-se a intervenção do senhor deputado **Ricardo Vala** que após cumprimentar todos os presentes, referiu que, “mais uma vez com o calor do verão a chegar, é tempo de deixar as preocupações de lado e mergulhar na serenidade que esta estação nos traz. Seria assim, simples, não fosse o facto de sermos deputados municipais e mesmo com todo o marketing do atual executivo, o sentimento que a maioria dos batalhenses tem é de desilusão e de ver o nosso concelho parado. Vamos a exemplos: temos obras paradas, inacabadas, sem licenças ou sem protocolos, protocolos assinados, algumas delas com processos em tribunal e sujeitos a pagar indemnizações elevadas. O Pavilhão São Mamede parado há pelo menos 20 meses! Quando o executivo tomou posse, decidiu parar o projeto. Queria alterar o projeto e agora passado esses meses, ninguém sabe o futuro da obra. Não há respostas! Afinal, quando vamos ter um Pavilhão? que Pavilhão é que vamos ter e quanto é que a trapalhada nos vais custar? Segunda obra: Casa da Obra merecido seja o seu nome, vai haver protocolo com o IPL? Se não houver, qual é o plano B do município? Terceira obra, a Creche, parada há quase 2 anos. Em janeiro de 2022, a Câmara Municipal apreciou e deliberou por unanimidade, aprovar a execução dos trabalhos complementares apresentados pelo primeiro empreiteiro. Meses depois, em março de 2022, a mesma Câmara deliberou por unanimidade, revogar a deliberação anterior e avançar para um novo concurso. Deste novo concurso surgiu um segundo empreiteiro. Os trabalhos de ambos os empreiteiros dependem diretamente uns dos outros. Ora vem

um e faz uma parte da parede, ora vem outro e faz outra parte. Ora vai um empreiteiro para o tribunal, ora lá vai mais uma indemnização para os Batalhenses pagarem. Da obra nada feito. E por fim, em quarto, as Pedreiras - não é a empreitada, mas é um bico de obra. Temos então a questão das Pedreiras que volta novamente a discussão, porque a CCDR entende que não existe condicionante para continuar a suspender parte do PDM, impossibilitando assim as Pedreiras de poderem exercer a sua atividade. Meus senhores e minhas senhoras, vamos esclarecer: O executivo teve um ano para resolver o problema. Um ano de PDM suspenso, sabendo que haveria uma data limite que era necessária uma solução urgente. Esta semana, o Senhor Presidente diz ao jornal Região de Leiria que o Município tem previstas outras medidas de proteção e passo a citar "que serão divulgadas a seu tempo". Faço uma pergunta: Não houve tempo? Não podiam ter anunciado essas medidas durante a suspensão? A população sabe? foi envolvido no desenho dessas medidas? É que hoje, à mesma hora, está a ser realizado uma reunião promovida pela população e Associações do Reguengo do Fetal e da Torre para deliberar sobre esse assunto. Estarão todos a trabalhar no mesmo sentido?!E para terminarmos, um registo em jeito de alegria, porque coisas boas também acontecem: Na semana passada decorreu mais uma edição da FIABA e aproveito para dar os parabéns a todos os elementos da organização. Mas também aqui, mais uma trapalhada (que considero ser particularmente grave) e que gostaria de ver esclarecida. Soubemos que o Executivo Municipal da Batalha informou verbalmente as Associações participantes que teriam de adquirir as bebidas em exclusivo a uma determinada empresa. Esta informação foi reforçada por email, cuja cópia obtivemos e que nos deixou seriamente preocupados! Se por um lado, podemos dizer que existem ganhos de escala, não temos provas de nenhuma consulta feita ao mercado, ou seja, porquê a entidade escolhida e com que fundamento? Num regime democrático como o nosso, impera a livre concorrência e a liberdade de mercado. Não cabe ao Município arranjar fornecedores para as tasquinhas e muito menos obrigar as tasquinhas a comprar a um fornecedor. Deixem as tasquinhas e as Associações decidirem os seus negócios! O Município tem muitos problemas, concentrem-se no que importa. Hoje a Iniciativa Liberal está aqui e está no Reguengo a ouvir as pessoas. Estamos atentos! A Iniciativa Liberal da Batalha irá chamar a atenção ao Executivo sempre que este estiver a violar os Princípios Fundamentais da Democracia e da Liberdade de Escolha dos Cidadãos, das Instituições e das Empresas do nosso Concelho."-----

Usou da palavra o senhor **Presidente da Câmara** para responder ao senhor deputado Ricardo Vala, "realmente, enfim, temos que aceitar as suas intervenções, embora na prática, muitas delas, nota-se que não está a acompanhar. O Pavilhão de São Mamede, efetivamente está na reta final, para ser determinado o que é que vai acontecer. Em relação à Casa da Obra, o protocolo com o IPL não está assinado ainda e não sabemos se vai ser assinado. A Creche Municipal há uma empresa a trabalhar lá já há um mês a esta parte, portanto, está a dar sequência ao trabalho. Pedreiras, que é um bom assunto, as pedreiras, neste momento, aquilo que precisamos é ter alguma paz e fazer as coisas com algum silêncio, porque estar a invadir as redes sociais, estar a chamar a atenção dos jornais para aquilo que se passa a nível de pedreiras, ainda por cima com mentiras, realmente podemos ter algum



MUNICÍPIO DA BATALHA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA
(C.M.B. - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Página 42 de 53

problema jurídico, podemos ter prejuízos que são de milhões e depois nessa altura, vamos saber quem vamos responsabilizar. As Pedreiras Históricas, estão classificadas ponto final, estão sinalizadas: As pedreiras que estão atualmente a funcionar são no Casal do Relvas, aliás está praticamente inativa. Há a Omya, a do Patrocínio e da Fassa Bortolo que é Picareiros. Fora isto, é possível a exploração de pedra na freguesia de São Mamede e na zona sudeste. Moita do Ervo, Vale Barreiras. Portanto, a concordância feita com a freguesia que é a própria freguesia que também gere os baldios e, portanto, é permitido ali e depois para que não houvesse falha nenhuma, o regulamento tem no seu artigo 12, uma clausula que diz que, fica proibida qualquer tipo de exploração, para além daquilo que aqui está, a indicar o que é que é, para quem ficou de fora, agora um problema que não é preocupante, por enquanto aqui que é as pequenas pedreiras de explorações de calçada estão todas ilegais, 2 ou 3 estão aí a trabalhar pontualmente estão legais. Nós agora temos que articular com a DGEG não só a fiscalização à aquelas pedreiras que há pouco citei, para ver se estão todas em conformidade com o plano e com a licença que têm e depois também discutir com o que se vai fazer em relação à exploração de pedra para calçada, se vai ser permitido, se não vai ser permitido, condições para ver se as coisas começam a ter algum rumo e evitar este problema que foi suscitado também por outros. Se eu quisesse fazer política, tinha de contar a história das pedreiras da Torre para esse momento. Acho que temos que ter calma, porque depois se houver algum problema, cá estaremos para fazer a devida ponderação.” -----

Continuou: “A FIABA, a exemplo do que acontece noutros concelhos aqui à volta, normalmente há sempre e começa a ter contrapartidas e das contrapartidas às Associações que participam, eu diria, por exemplo, o ano passado já tinham que pagar para ter lá a utilização do stand. Na Batalha estivemos a pensar no mesmo e pensamos numa única bebida, cerveja, contactando com o distribuidor da SAD Super Bock que veio dizer não ter a capacidade para garantir a logística de distribuir a cada stand, um frigorífico e um balcão para ter essa cerveja etc. e quem estava em condições de o fazer era, portanto, a empresa da Sagres. Mas que manditou, quem tem um programa, um protocolo, um acordo qualquer, manditou um empresário da Batalha, que tem feito muito este tipo de serviço para os concelhos, foi precisamente o Burro Velho, para ser este a tratar disto. (...) Essa gente abusou com este serviço e ele reconheceu isso. (...) Onde é que nós aqui tentámos intervir? Mandámos fazer copos recicláveis, com o brasão da Câmara. Fizemos o acordo que a empresa que nos vendeu a 0,13€, nós vendemos a 0,25€ com IVA e eles vendiam em cada stand, cada copo a 0,50.” -----

Seguidamente usou da palavra o senhor deputado **Arlindo Marques** que após cumprimentar todos os presentes passou a referir: “venho aqui dizer umas palavras de apreço pelo trabalho feito pelas nossas Associações, todas em geral. O Associativismo é um movimento de carácter participativo da expressão democrática, não tem finalidade lucrativa, mas tem um centrado impacto no nosso concelho. Desde algumas décadas, constatamos que o nosso associativismo tem feito um trabalho útil em prol da qualidade de vida e do bem-estar das populações. Sabemos que o movimento Associativo é composto por um trabalho voluntário e de carolice. Cada vez mais é visto como agente

de união, de inclusão e, acima de tudo, como motor da economia local. Nos dias que correm, o associativismo tem assumido um papel de relevo no espaço municipal, quer na tomada de decisão quer como elo de comunicação entre o poder local e as nossas aldeias, tem feito um trabalho de qualidade, no entanto, é um trabalho pouco visível e muitas vezes pouco reconhecido. Cada vez mais temos a sociedade em constante mutação, os problemas e tentações são paradigmas leais, as continuas oscilações de preço, os contínuos aumentos das taxas de juro, para não chegar, ainda vivemos a ressaca de uma crise pandémica. São tempos de incerteza e as tomadas de decisão são muito difíceis, felizmente, a nossa região tem sabido estar à altura e tem acompanhado o progresso e tem conseguido dar respostas nos momentos certos, não querendo ser injusto com esta ou com aquela, que esta associação possa enaltecer e mencionar o trabalho notável de algumas exceções em prol do bem comum. No campo Desportivo, por exemplo, a UDB, tem o futebol, neste momento, com cerca de 380 a 390 atletas e já vai com o nível de classificação 3, este ano, ainda no desporto, podemos referir muitas mais, a Amarense, o BAC, o atletismo, o triatlo, patinagem, entre outros, são todas Coletividades de elevado prestígio e tem levado o desporto do concelho a níveis de reconhecimento nacional e até mesmo internacional. Na Cultura podíamos ressaltar várias Associações, mas destaco o Rancho Rosas do Lena que há mais de 60 anos tem levado a nossa cultura pelo País e além-fronteiras. Muito também tem vindo, tem sido enaltificado e reconhecido nacional, o projeto Aldeia Pintada da Torre. Num curto espaço de tempo, estes jovens têm surpreendido, inovado, superando e, sobretudo, fazendo renascer uma cultura que há muito estava perdida no espaço. No domínio da Ação Social, não podemos esquecer os nossos Bombeiros Voluntários, com destaque a um trabalho de excelência, sempre correspondido e superando o serviço de apoiar a nossa população. Recordamos que, neste momento, temos quatro bombeiros, requisitados para combate aos fogos do Canadá. Todos sabemos que existem, porque é, mas é assim, todos também sabemos que temos nas ações, projetos parados nas gavetas, ou seja, isto supõe sonhos por realizar, sonhos que se espera e desespera que um dia passem à realidade. Também sabemos que no nosso espaço eleito existem pessoas capazes, de competências, pessoas com provas dadas e, sobretudo, pessoas que podem facilitar o enquadramento em cada projeto. Proponho a criação de uma comissão de diversas associações e que reproduzisse e sejam representativas na Câmara Municipal, portanto, onde se possam fazer reuniões sectoriais periódicas, discutir as melhores formas da nossa e melhor relação entre os Municípios e as Associações. Melhorar e aperfeiçoar a comunicação das associações e as entidades das políticas locais, isto é, mais proximidade entre o poder local e as associações. Uma gestão Municipal forte, passa por um Concelho unido, é um Concelho unido aquele que prepara o futuro, onde as associações não podem ser dissociadas. Trago aqui uma frase típica “nunca critiques o socialismo, sem perceber o verdadeiro valor do mesmo”.

*Seguiu-se a intervenção do senhor deputado **Eduardo Prior**, após cumprimentar todos os presentes referiu que “quase que também podia abdicar da minha intervenção, mas como aqui venho tão poucas vezes, resolvi fazê-la uma vez que já houve dois deputados que mencionaram o assunto, nomeadamente aqui o meu colega de bancada Hugo e um colega, por parte da Iniciativa Liberal, o*

[Handwritten signatures and initials in blue ink]



MUNICÍPIO DA BATALHA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA
(C.M.B. - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Página 44 de 53

colega Ricardo Vala - relativamente aqui às obras municipais, eu sinto que há aqui uma problemática social muito grande, relativamente à ausência da Creche. A Creche neste momento, para os jovens casais da Batalha que não têm onde colocar os filhos neste momento, é um problema que existe na nossa terra, não há oferta privada que responda a isto e conheço casos até inclusive, de pessoas que ligam primeiro para a Creche a marcar lugar, em vez de ligarem aos pais a dizer que vão ser avós e, portanto, isto é grave, isto passa-se no meu concelho e, portanto, gostava que o Senhor Presidente tivesse mais atenção relativamente a esta obra e que desse despacho para que ela fosse rapidamente concluída. Relativamente depois, há outras obras municipais que também considero que são prioritárias, nomeadamente o Pavilhão de São Mamede, que é necessário para a prática desportiva e gostava também que o Senhor Presidente conseguisse dar aqui uma data de conclusão destas obras.” Usou da palavra o senhor deputado **Telmo Ferreira** que após cumprimentar todos os presentes, passou a dar conta, “com mais de 450 fogos ativos e de grande intensidade, o Canadá vive neste momento, uma situação complexa e sem precedentes. É com orgulho que vejo representado o Corpo de Bombeiros da Batalha com quatro operacionais, incluindo o próprio comandante, o Borges, o qual está a comandar uma força de Bombeiros com vários elementos a nível nacional e servir de uma força operacional conjunta. O Município da Batalha é um parceiro importante para o desenvolvimento e apoio nas várias valências do socorro que, neste momento, os Bombeiros da Batalha desenvolvem, exemplo, o recente simulacro efetuado na A19, IC 9 que o autocarro, treinando assim os operacionais para potenciais eventos, quando se aproximam as Jornadas Mundiais da Juventude e onde todas as forças de proteção Civil estão em alerta e desta forma preparadas. Falo também da reativação da equipa para grande ângulo capacitadas para acidentes em montanha ou de acesso complexo, a condução de treino e preparação das equipas de pré-hospitalar, evoluindo sempre numa aprendizagem constante e, por vezes, em situações muito difíceis. Com a criação da terceira EIP’S, equipas de intervenção permanente por parte Município, criou um progresso enorme para o efetivo, capacitando o atuar em Portugal e, neste caso, também podemos dizer além-fronteiras. Por estas e muitas razões, devem os Municípios orgulhar-se de tais feitos com a total confiança nestes homens e mulheres que dão o seu tempo para salvar. A toda a força projetada neste ato de operações socialmente aos elementos da Batalha que seja apenas mais uma missão que devia ser confiada, que regressem em segurança, que nos tragam também a experiência para partilhar com os restantes elementos, um abraço solidário a toda a comunidade Batalhense no Canadá. Um bem-haja sem olhar a quem.”-----

O senhor deputado **Armando Rosa** após cumprimentar todos os presentes expôs o seguinte: “agora neste mês de junho, à exceção dos alunos do primeiro ciclo e dos demais que enfrentam, enfrentarão os exames nacionais, todos os outros já terminaram as suas aulas. Deixamos, pois, aqui uma palavra de incentivo para este momento decisivo no percurso escolar dos nossos alunos e das suas famílias. Ora, a comunidade educativa do nosso Município tem sido confrontada com a nova forma de gerir todo o processo decorrente da descentralização de competências na área da educação, o financiamento é ano após ano, cada vez menor, colocando inclusivamente em causa o regular

funcionamento das nossas escolas, se não for reforçado através dos recursos municipais que deixam de ser canalizados para outras áreas, quando devia ser o Governo a transferir estas verbas. As crianças e os jovens têm professores e funcionários que, década após década, são maltratados e desvalorizados pelo poder central. É hoje aqui chegado o momento, de trazermos uma palavra de reconhecimento neste quase final de ano letivo, por tudo o que foi feito pela educação nas escolas do nosso concelho, perante os tremendos desafios vividos. O Movimento Independente reconhece, pois, o esforço de toda a comunidade escolar por em conjunto, ter conseguido criar e manter em termos de tempos de instabilidade e falta de recursos financeiros e humanos perante o galopar da inflação e das taxas de juro, uma resposta educativa específica e de elevada qualidade para a realidade enfrentada. Verificámos a dedicação de pais, professores e colaboradores no acompanhamento dos alunos, a sua persistência por terem também de gerir as suas vidas familiares e profissionais. Eis, pois, devido este reconhecimento numa das épocas da nossa história mais desafiantes para todos os atores, face às suas exigências e imprevisibilidades. Somos também chamados a repensar a escola que queremos. O executivo numa excecional proposta em comunhão de esforços com Agrupamento de Escolas, está a desenvolver o projeto Centro Tecnológico Especializado, o que se pretende que seja mais uma âncora na área do ensino do nosso concelho, o que uma vez mais citamos, elaboramos. Sabemos que a descentralização possibilita uma maior perceção das necessidades das escolas e dos alunos, uma maior rapidez na execução de investimentos, na realização de projetos educativos em cooperação com o Agrupamento de Escolas, favorecendo a qualidade e o incremento, os projetos educativos. No entanto, como já referido, também sabemos que as transferências realizadas pelo Ministério da Educação no âmbito do contrato de delegação de competências, são tremendamente inferiores às necessidades de financiamento do Município, sufocando, ficando, pois, muito aquém das necessidades permanentes de investimento, pelo que importa trabalharmos em cooperação também nesta Assembleia, para que rapidamente tal situação instalada seja modificada e uma realidade diferente face às necessidades. Também neste mês de junho, observamos o fim das épocas desportivas e associativas dos nossos Clubes e Associações. Foi uma época feita de luta com meritórias conquistas em várias modalidades, campeonatos e escalões onde todas associações, sem exceção na dimensão voluntariosa dos seus dirigentes, demonstraram dia após dia, de forma totalmente desinteressada, que estão vivas e com razões para todos acreditarmos no Município do futuro. A todas as Associações é pois também aqui deixado uma palavra especial pelo Movimento, não só do reconhecimento, mas também de agradecimento pelo relevante papel que desempenham e continuarão a desempenhar no nosso Concelho, por certo com muitos problemas para ainda enfrentar junto de todos quantos nas mesmas se sentem envolvidos e participantes, seja em qualidade for, pois cada uma foi notável no papel que desempenhou, é o empenho das Associações e dos Clubes pela importantíssima missão que desenvolvem nos locais onde se inserem, se alcance o universo Associativo mais forte e, conseqüentemente, será também o reflexo de uma comunidade mais unida perante os problemas que individualmente, cada um enfrenta e necessita de ultrapassar. É também os pilares da solidariedade. É muito importante celebrar as conquistas de quem teve uma

época vitoriosa, mas igualmente todos os participantes praticantes e não praticantes, pois apenas numa comunhão de esforços conjunta, toda a gente é que os potenciais derrotados dentro do campo se tornam campeões no seu crescimento no seu desenvolvimento e, acima de tudo, na sua vida. Posto isto, não podemos também deixar de sublinhar e relevar o meritório trabalho realizado pelo executivo, o qual cerca de um ano e meio desde a tomada de posse, conseguiu alcançar desde já e lançar os pilares daquela que foi uma das bandeiras da campanha eleitoral. Alteração ao PDM tão maltratada em anos anteriores e que hoje em dia conta com a participação de todos, junto de cada freguesia em sessões públicas, sem olhar a nomes num plano de igualdade e justiça social. Da mesma forma, também nos cumpre destacar o tremendo sucesso que cada um de um nós observou na FIABA, é, pois, nosso dever felicitar e louvar o executivo pela audácia, pelo rasgo no trabalho de excelência que foi desenvolvido, bem como todos aqueles que participaram na sua organização, como é disso exemplo os colaboradores do município e ainda de superior importância, as Associações, desempenhar um papel fundamental na promoção de um certame que a todos encheu e enche de orgulho, em resultado de uma dignidade que há muitos já era reclamada para o evento e começou a ser marca no ano passado, não esquecendo, naturalmente, que a fasquia para o próximo ano está ainda mais elevada, devendo todos os envolvidos saber caminhar em conjunto, numa estreita cooperação para a contínua melhoria da FIABA. Por último, permitam-me uma palavra de felicitação ao Diretor do Mosteiro da Batalha, professor Joaquim Ruivo, nosso Presidente da Assembleia Municipal que está no cargo desde 2013 e que foi reconduzido na sequência da sua vitória, num concurso público internacional. Saibamos respeitar os mecanismos de eleição e reconhecer humildemente o trabalho de elevadíssima qualidade, inúmeras vezes sem recursos que se exigem e o âmbito altruísmo e dedicação com que tem conduzido com mestria os destinos do nosso Mosteiro, neste ano em que celebram os 40 anos da sua elevação a património Mundial pela UNESCO, o qual constitui uma das principais âncoras no nosso país, na área Cultural e Patrimonial, área esta, como bem sabemos, apesar da riqueza visível a olho nu que cada um nos proporciona e também a quem nos visita deleitando-se com as maravilhas que o nosso Mosteiro constitui, é infelizmente, constituir-se parente pobre nas políticas públicas de apoio, um País que não conhece nem valoriza de forma clara e plena a sua História, a Cultura e o Património está a propiciar o crescimento de gerações de jovens vazias e sem alma.”

De seguida deu-se a intervenção do senhor deputado **Fernando Marques** após cumprimentar todos os presentes passou a dar conhecimento do seguinte, “há bem pouco tempo foi apresentado o plano de Ação de Saúde Mental e nele consta um projeto do Hospital de Leiria, mais concretamente a pedopsiquiatria que visa a criação de uma equipa comunitária de saúde mental para crianças e jovens até aos 18 anos, portanto, trata-se de uma equipa multidisciplinar constituída por enfermeiros, psicólogos, terapeutas, assistentes sociais e outros, que visa dar um apoio de proximidade às crianças e jovens que já estejam diagnosticados com os diferentes tipos de doença mental, predominantemente agora, atualmente, são mais os défices de autoestima, automutilação, tentativas de suicídio, etc. atuando ao nível da prevenção, deteção precoce, eficácia de intervenção e

acompanhamento mais próximo dos casos evidentes, nos casos de idas ao hospital e à urgência recorrências a urgência e ao acompanhamento mais confortável para o doente, permite que o doente e a família tenham um contacto direto e mais presente, a quem possam recorrer sem terem, necessariamente que ir ao Hospital. Portanto, é um projeto que vai iniciar agora, entretanto, vai começar nos concelhos de Porto de Mós e Marinha Grande, mas que certamente terá potencial para se expandir para outros concelhos e pergunto aqui ao Executivo, se tem algum conhecimento deste projeto, porque era importante estarmos atentos todos e abriremos portas a estes projetos e a outros semelhantes, portanto, gostava de saber se tem alguma visão deste projeto. "-----

Intervenção de seguida o senhor deputado **Francisco Coutinho** que após cumprimentar todos os presentes fez uma intervenção que se reproduz integralmente: *"O que disse o senhor Presidente da Câmara e demais eleitos, eu vou falar sobre a expropriação ilegal, com a devida vénia, ou liberdade, vou tentar clarificar algumas narrativas que, no mínimo, serão elevadas da realidade. Refiro-me ao silêncio após as eleições autárquicas de 1989 e não voltei a tecer uma palavra sobre matérias que interessava ou questões que envolvia o concelho da Batalha, mesmo com prejuízo de eventual da minha carreira profissional, o silêncio foi meu apanágio, porém, agora e ao tomar conhecimento do descrito no Diário Correio da Manhã e na CMTV, para além de outros cujo título passo a designar, "justiça leva 29 e antes resolver expropriação ilegal. Terrenos em causa não foram usados para fins públicos, mas vendidos para construção". Outra alternativa não vislumbro senão dizer, basta! Manifestar a minha indignação e repor a verdade dos factos, pese embora nunca ter sido convidado pronunciar-me assim como o que julgo saber aos vereadores que me acompanharam ao longo dos 13 anos em que estive ao serviço do município da Batalha para se poder emitir opinião com informar sobre o que me oferecesse dizer, em democracia, tanto se perde como se ganha. Por isso, chegou o momento de deixar o silêncio e de passar a informar os batalhenses sobre questões, o que se oferece dizer, repondo a verdade dos factos. Os que saem são quase sempre noutro, pelo os que entram, sabem tudo. Estamos no ano de 1977 e peço desculpas, fechava de água. Dizia eu que estávamos no anos 1977 e, como tal, estávamos num período democrático turbulento, onde se exercia atividade política com equipas interdisciplinares, sobretudo tendo presente o núcleo urbano da Vila da Batalha e os seus antecedentes oriundos dos anos 60 e 50, então existia uma fragilidade técnica e administrativa abismal, mas as quedas do governo, mas as quedas do governo de sucessivas em Portugal, antes de 74, os principais utilizadores das plantas eram os oficiais, os professores, os técnicos e os sócios do clube Portugal posteriormente com difusão via TV dos resultados dos atos eleitorais, a população descobriu o território nacional e aprendeu a localizar os concelhos. Os leitores mais assíduos no espaço geográfico são, entre outros, os técnicos planeamento, os projetistas de infraestruturas, os gestores municipais, os turistas e os políticos, os mapas e as fotografias aéreas constituem ainda hoje que os instrumentos base de trabalho quer para interpretação dos fenómenos que ocorrem no espaço, quer para sustentar as propostas de localização de novas atividades onde o traçado de novas redes de infraestruturas, os decretos leis 455/82 e 321/83, instituíram a rega, a Reserva Agrícola Nacional e a REN Reserva Ecológica Nacional são dos diplomas mais divulgados que*



MUNICÍPIO DA BATALHA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA
(C.M.B. - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Página 48 de 53

consagram medidas de proteção ao património natural e ainda hoje. A principal ação do desenvolvimento dos territórios municipais por nós sempre foi se baseou na implementação de processos planeamento racionais dos solos. Os planos são vulgarmente geradores de conflitos e não reguladores, porquanto apresentam propostas que induz e as desigualdades de tratamento dos proprietários dos solos, deste modo, a possibilitar-se-ia que cada proprietário concretizasse o volume de construção correspondente área da sua propriedade nas áreas com maior aptidão para a construção, libertando se a área restante para fins de ocupação públicas esta primazia da propriedade em detrimento do território derivava da inexistência de instrumentos jurídicos articulados eficazes em que se obstassem aquele estrangulamentos, como então dizia António Babo, em Portugal não existe e direito humanístico, mas sim normas avulsas extraordinariamente desconexas, como ainda hoje se constata o planeamento e, para além da capacidade de utilização conjunto técnicas aplicadas aos práticas natural e humanizado no domínio de natureza cultural, no caso da elaboração do plano diretor municipal o desafio, poe-se, a possibilidade de equacionar recursos endógenos do diagnóstico de recursos humanos e na capacidade inventiva que conduz a valorização do território, as estruturas urbanas desenvolvem-se ou regridem conforme o sucesso das atividades produtivas face aos mercados. Foi, pois, com base do Decreto-Lei 208/82 de 26 de maio e respetivos antecedentes, assim como a Portaria 989 de 82 de 21 de outubro, no seu artigo 6º, nº 2 e em complementaridade com o estabelecido pelo Plano de Urbanização da Vila da Batalha, concebido diga-se, pelo Ministério das Obras Públicas, ao tempo, mais propriamente nos anos 50 e 60, onde foi o mesmo implementado pelas células A, B, C e D. Célula A construído nos anos 50 certo aquele que nós conhecemos, a célula B, um plano em questão auto de notícia, célula C, o plano de desenvolvimento desportivo, célula D, plano de expansão urbana, o que se traduziu e levou a efeito nos estudos de ordenamento urbanístico, vulgo posterior plano de ordenamento municipal que deu então origem aos planos diretores municipais como hoje se designaram, na verdade que o município da Batalha e de lá foram os primeiros nesta metodologia, veja-se a constituição da Comissão de Acompanhamento para a elaboração do PDM da Batalha, conforme publicação na segunda série do Diário da República de 1985 no dia 12 de março, no concelho da Batalha, estrada nacional muito servia mais diretamente. A parte poente do território municipal atraiu instalação de unidades industriais e de restauração. A construção do troço aéreo em frente ao Mosteiro da Batalha durante o ano de 50, constituiu uma grave anomalia, porque as obras de escavação e aterro provocaram obstrução do Vale da Calvaria, alterando o sistema de aterragem e ainda desvirtuaram leitura cénica monumental da fachada principal do Mosteiro que se usufruía do anterior acesso principal. No concelho da Batalha ocorre um turismo de passagem sem do Mosteiro de Santa Maria Vitória e Grutas da Moeda, as principais motivações de, entre outras aos visitantes ao tempo, a estrutura do alojamento turístico da batalha é incipiente. A seu tempo, a indústria e a armazenagem eram as atividades produtivas que apresentava maiores solicitações para alterações de uso de solos. Atendendo à procura do sol industrial urbanizado, a Câmara Municipal desencadeou a implementação do loteamento industrial na Jardoeira. A agricultura era a atividade que a seguir à



MUNICÍPIO DA BATALHA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA
(C.M.B. - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Página 49 de 53

indústria transformadora ocupava o maior número de população ativa, mas que e do Rio Lena e a sua bordadura pelos recursos hídricos e geológicos que possuíam área global e agrícola potencialmente mais rica, onde se concentravam os maiores esforços de relançamento setor. Chegada então a questão que motivou esta reflexão indignação. Resta-nos informar de conformidade, procurando repor a verdade sobre o que se afirma de exportação e de expropriação ilegal, princípio jurídico que desconhecemos. Assim sendo, procurámos desenvolver um plano de urbanização designado por Célula B, como o antecedente que impunha e que teve origem em vários estudos, designadamente por parte dos arquitetos Fernandes, arquiteto Fava e finalmente, pelo professor arquiteto Viana de Lima. Aquele estudo prévio começou por ser alvo de inúmeras negociações com os diversos donos dos terrenos envolvidos e que totalizavam 21 parcelas de terreno, o que deu origem a largos anos de negociações, visando sobretudo a constituição de uma sociedade de desenvolvimento nos termos das normas jurídicas vigentes ao tempo, onde os particulares se associavam ao município sendo para o efeito, elaborado o estudo económico. Sem querer maçar o estudo económico à época apontava para uns custos de terreno de 55 milhões de escudos. O custo das infraestruturas rondava os 49 mil milhões 825 milhões de escudos, custos diversos, 8 milhões 100, o total da urbanização rondava os 112.925.750 escudos, contrariamente aos objetivos programados pelos Autarcas ao tempo, foi impossível, como facilmente se poderá inferir negociar os terrenos pela dimensão diminuta dos mesmos, na envolvimento de pequenas parcelas com herdeiros, alguns deles a residir no estrangeiro, para o efeito e porque o coletivo não podia ser prejudicado pelos interesses individuais, nem porque é que eles também não poderiam afetar o desenvolvimento da comunidade. Foi deliberado pelo Município e requerido à Secretaria do Estado da Habitação e Urbanismo, a aprovação dos trabalhos e a expropriação dos terrenos para a construção da Célula B da Batalha e autorizar o Município a tomar posse dos respetivos terrenos. Declaração publicada no Diário da República de 1980, em 14 de maio, tal estudo contemplava habitações isoladas, edifício para comércio e habitação Cine Te-ato, edifício para as novas instalações da Câmara Municipal, estacionamento, cafés e restaurantes, zonas verdes e espaços públicos. Era este o estudo, que existia à época, onde está aqui o edifício da Câmara e onde hoje existe aqui o edifício da Caixa Agrícola. Em 1984, o ministro da Cultura afirmou concordar com a importância da execução do plano da Célula B, expansão urbana e com urgência, dada a perspetiva das explorações condignas do sexto centenário da Batalha de Aljubarrota. De imediato, o Município procedeu à elaboração da vistoria perpetua a memória e de todas as parcelas de terreno. Esclarece-se que, em momento algum, os eleitos ao tempo deixaram de exercer a sua ação no sentido de se negociarem os terrenos amigavelmente, dado que foi impossível concretizar as sociedades, envolvimento, metodologia, tivemos sempre presente até final de negociação. Procedeu-se com todos os proprietários respetivos parcelas de terreno, a elaboração de acórdãos de confirmação arbitral levadas a efeito por 3 árbitros, designadamente o indicado pelo Tribunal, um indicado pelos proprietários dos terrenos, menos o indicado pelo Município para todos os proprietários, foi levado a efeito o laudo que esteve na origem do pagamento, parte do Município, aqueles todos os anos 80-83 sem qualquer reparo de reserva, portanto, só para elucidar melhor, este



MUNICÍPIO DA BATALHA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA
(C.M.B. - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Página 50 de 53

era o que a área do plano, o que está aqui é o terreno designado por parcela 14 é o que está em causa não se pretende levar em consideração, para já, as alterações que aquele plano teve posteriormente e para o qual nunca fomos ouvidos nem achados, contudo, sempre se dirá que o único caso que foi presente ao Tribunal de Porto Mós foi uma parcela 14, o que está em causa propriedade ao tempo do senhor José Pereira Grosso, hoje herdeiros que justificam os montantes invocados. Naquele dia, no tribunal estiveram presentes o senhor Dr. Teófilo Santos e eu próprio em representação do Município, o advogado do requerente Dr. José Vereda e o representante dos herdeiros, senhor António Grosso, o qual chegámos a acordo e foi ressarcido pela parcela de terreno alvo de expropriação, cujo valores se deu de pronto, de referenciar a colaboração indispensável por parte do advogado dos restantes proprietários dos terrenos, designadamente Dr. Xavier Santos, grande amigo da Batalha e dos Batalhenses, ao tempo Presidente da Assembleia Geral de Cooperativa da Batalha, ao que me recordo de imediato e após concluído o respetivo estudo, o Município da Batalha levou a efeito hasta pública dos lotes identificados de 1 a 11, dos quais apenas foi adjudicado o lote 1, 2 por quanto estava o Município desfalcado de tesouraria, uma vez que tinha liquidado atempadamente todas as parcelas de terreno. Eu peço desculpa, mas é importante que os senhores terem conhecimento destas situações, portanto, isto é a Célula B aqui estavam previstas moradias que deixaram de estar e os lotes que foram vendidos, foi 1 e o 2, os 3, 4, 5, 6, 7 foram vendidos posteriormente, note-se que as moradias estabelecidas daquele plano junto ao Rio foram retiradas e criada uma zona verde por proposta do então vereador Matos. Chegamos então a 89 e o PSD e líder no Concelho perdeu as eleições para um grupo de cidadãos que se apresentaram com propostas que motivaram a maioria dos votos do eleitorado, assim como outras propostas que de imediato foram afirmando, até porque já sabiam de tudo. O Município tinha então dívidas, porque quando se tinha liquidado a totalidade dos terrenos de Célula B, assim como procedido à aquisição de outros terrenos, designadamente para a zona industrial, na Jardoeira, Largo Infante Dom Henrique que foi alvo também de expropriação que era aqui na zona das Capelas Imperfeitas, Largo da Feira de São Mamede e terrenos onde hoje se localiza a célula C, para além de terrenos doados para os próprios Armazéns da Câmara que deixaram depois dos efeitos local, porque estava que designados foi, por conseguinte, alvo de alteração. O plano inicial da Célula B, dando origem a perguntas e a construção do edifício da Caixa de Crédito Agrícola da Batalha, entre outras entidades que sempre pretendeu ombrear impor o controlo do desenvolvimento do concelho e com as políticas do Município após o 25 de abril e que sempre repudiamos, veja-se, por efeito, aqueles alguns que então tomaram conta do Município após 99 e os lugares que posteriormente ocupam e que hoje ocupa o que fizemos, a fragilidade dos técnicos e a atividade do município ao tempo que não se coadunavam com os quadros de hoje existentes no Município, até porque não existiam os instrumentos urbanísticos que hoje se podem utilizar. O plano de Ordenamento Municipal da Batalha que esteve na origem do PDM foi finalmente aprovado em 95 pela resolução de Conselho de Ministros, número 136/95 foram a seu tempo tomadas medidas preventivas sobre determinados terrenos, procedimentos que envolvia zonas específicas, PDM. De acordo com o artigo 137 do Decreto-Lei 2015 de 14 de maio. Veja-se o

caso concreto das pedreiras das zonas do Reguengo do Fetal. Foram também tomadas medidas preventivas por parte do Município sobre procedimentos diversos no âmbito alterações ao PDM. Questionamos então, porque não tomou o Município da Batalha, as medidas que se impunham aquando da alteração efetiva sobre o PDM da Batalha no âmbito da Célula B, onde foram permitidos os diferentes ou então estabelecido alteração do uso e aumentos diários com carros, sem para o efeito que seja do nosso conhecimento, deve-se dar cumprimento ao estabelecido Decreto-Lei 559 de 6 de dezembro, designadamente dos artigos 27 alteração à licença, 22 consulta pública, 48 discussão de instrumentos de gestão territorial, instrumentos urbanísticos, 49 a alterações à operação de loteamento, objeto comunicação prévia, estamos em 99, também ausência procedimental por parte do Município para evitar o processo com que se viu envolvido e que foi o que se diz condenado e que certamente o veio asfixiar em parte do Orçamento Municipal. Sempre se agiu de boa-fé, com total transparência, cumprindo determinadas normas jurídicas ao tempo e não podemos aceitar também os atropelos de oportunidade por parte daqueles que se dizem Batalhenses, mas que sempre criticaram a Câmara através dos artigos denominados do Carvalho do Outeiro, cujo comportamento, no mínimo, consideramos repugnante. O Município terá certamente o Regulamento Municipal de Operações Urbanísticas já no antecedente Ministério das Obras Públicas, conselho do Conselho Superior do mesmo ao tempo, não concordou com a proposta da previsão de edifícios com mais 2 pisos para a Célula A e hoje alguns, podemos constatar com mais um piso, como é o caso do pequeno hotel Turismo da Vila. Acabámos de apresentar um pequeno escrito recordatório da vigência política democrática ao tempo, mas mesmo assim, temos a sensação que ainda não se diz tudo. Suponho que é impossível dizer tudo. Esta é a nossa opinião dos acontecimentos e totalmente subjetivos, pois tratam-se de apontamentos, de notas pessoais, concluindo, já então empresa Tour e grupo de atividades da Batalha recriam a viabilidade de construção de um prédio de 3 pisos com 4.220, 5 metros quadrados de área destinada complexo turístico Museu de Cera a levar a efeito no local onde se previa localização, teatro, cinema. Para o efeito, o Município estabeleceu um protocolo entre as partes que não produziu qualquer efeito, atentas as razões que por agora nos abstermos de comentar e que deram origem ao indeferimento respetivo com base no parecer da Direção Regional do Ordenamento do Território, onde então se colocava a questão da alteração ao Plano de Pormenor da Célula B, tal como parece, ser a argumentação utilizada por terceiros. Melhor, não existe expropriações ilegais. Os proprietários da parcela 14 da célula B aproveitaram-se da alteração ao estudo inicial sem justificação pública aplausível por parte do Município, o que nos leva a questionar porquê. O Município não foi capaz de sustentar as ações jurídicas que foram levadas a efeito, porque os proprietários da parcela 14 da Célula B aprovada por despacho superior de 83, após a gestão do Instituto Português, pediu a cultural de 78, pese embora tenha sido sugerido em reunião desta Assembleia Municipal de um dos mandatos recentes e de entre outros, o recurso aos professores Calvete Figueira Dias, Jorge Miranda, Fausto Quadro ou Cabral Moncada, o tribunal, ao que se entende condenou o Município e todos os seus atos, são usados em benefício daqueles. Em suma, muito se estranha toda a apatia de alguns eleitos que permitiram que se chegasse à situação atual,

excetuando os eleitos do CDS esta situação não me parece mero acaso, certamente deverá ter pelo meio alguma demagogia ou interesses difusos. O Concelho da Batalha é um concelho desde sempre integrado no distrito de Leiria, por vontade de, entre outros, da alta Estremadura, mas nunca poderá vir a ser a 10ª ilha do arquipélago dos Açores.” -----

Findas as intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia** concedeu a palavra o senhor Presidente da Câmara para os esclarecimentos que entendesse por pertinentes. -----

Usou da palavra o senhor **Presidente da Câmara** para dizer que não é possível dar uma data para a conclusão do Pavilhão, sem conseguir resolver e ultrapassar algumas questões e passou a responder aos senhores deputados: “Ao deputado Telmo Ferreira, a Batalha está bem representada e têm qualidade para serem escolhidos, para irem para palcos internacionais. Esperamos que seja uma primeira etapa para o que for necessário e que estejam disponíveis para aquilo que possa ser necessária; Ao deputado Armando Rosa, fez considerações sobre a Escola, o Desporto e Cultura, dispenso de comentar; Deputado Fernando Marques sobre Saúde Mental, nós estamos a acompanhar a unidade, a USF da Batalha que também vai ter essa valência de Saúde Mental, porque estamos aqui a perceber como é que se pode fazer o acompanhamento, alguma vigilância sobre as crianças nas escolas; deputado Francisco Coutinho, como tinha referido, também há bocado muito perto dessa posição dele, teria feito o mesmo, houve muitos problemas para resolver. Infelizmente, as piores coisas aconteceram da maneira como aconteceram a decisão do Supremo está presente, todo o tipo de situações que aconteceram ao longo dos anos e que levou até agora, a fevereiro de 2023 com a decisão que esperávamos ser final, mas afinal, parece que não é. Vamos ter que aguardar mais uns dias, para saber qual é o resultado da dita oposição. Relativamente à pergunta se não poderia ser interposto recurso para o Tribunal Constitucional, o senhor Presidente da Câmara informou, “temos da parte do nosso advogado que acompanhou esse processo, informação de algo estranho, muita polémica, pelo meio, muita coisa tem acontecido, e o resultado, aquele que nos interessa agora, é o acordo que para nós está aceite. Não aceitamos é que agora se venha pedir uma atualização de valores, fora do acordo.” -----

Terminada a intervenção do senhor Presidente da Câmara, o senhor **Presidente da Assembleia** deu por terminado este período. -----

----- ** -----

Antes de terminar esta sessão o senhor **Presidente da Assembleia** colocou à votação dos senhores deputados Municipais a aprovação das deliberações em minuta, para que as mesmas possam ter execução imediata, tendo a Assembleia deliberado por unanimidade aprovar as mesmas. -----

Pôs ainda à consideração dos senhores deputados da Assembleia Municipal, que a convocatória das sessões da Assembleia Municipal, passe a ser efetuada somente por correio eletrónico, conforme o previsto no nº 1 do artigo 29 do Regimento, tendo em conta que a Autarquia se encontra num processo de desmaterialização, com redução de custos com papel e portes correio, tendo os senhores deputados aprovado por unanimidade, que a partir de então as convocatórias sejam efetuadas por correio eletrónico. -----



MUNICÍPIO DA BATALHA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA
(C.M.B. - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Página 53 de 53

**

-----**ENCERRAMENTO**-----

Eram vinte e três horas e trinta minutos, e por não haver mais nada a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a sessão por encerrada, da qual se lavrou a presente ata, que depois de lida e aprovada será assinada pelos membros da Mesa presentes e por mim, Maria Lúcia Mendes Oliveira Moraes, Técnica Superior, que a redigi e subscrevo.-----

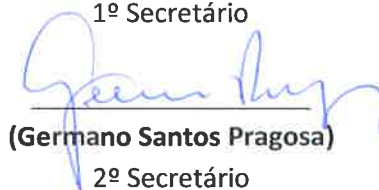
Batalha 16-06-2023 -----

OS MEMBROS DA MESA:

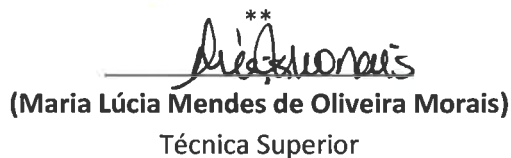

(Joaquim José Pereira Ruivo)
Presidente


(Elsa Maria Martins Libânio)

1º Secretário


(Germano Santos Pragosa)

2º Secretário


(Maria Lúcia Mendes de Oliveira Moraes)
Técnica Superior